

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO**

**A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO
SEGUNDO RAÚL PREBISCH E O DEBATE
DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL DO
SÉCULO XXI**

ANDRÉ LUIS MELO DE ANDRADE
matrícula nº: 111321313

ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Frederico Leão Rocha

JANEIRO 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO**

**A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO
SEGUNDO RAÚL PREBISCH E O DEBATE
DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL DO
SÉCULO XXI**

ANDRÉ LUIS MELO DE ANDRADE
matrícula nº: 111321313

ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Frederico Leão Rocha

JANEIRO 2016

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

Dedico este trabalho ao contribuinte brasileiro.
Anônimo, ele financiou mais uma etapa da minha
formação como pessoa. O mínimo que posso a fazer
é ter consciência disto.

AGRADECIMENTOS

À minha família, desde meus pais até os meus filhos, e à minha esposa. Eles são os elementos mais próximos de mim e, por isto, os que mais sentem a minha falta, quando me dedico aos estudos.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, que com seu ambiente acadêmico me ajudou em mais uma etapa da construção do meu pensamento e da minha posição perante o mundo. Com seus professores, a UFRJ atuou como um polo que me irradiou novas referências, com seus alunos me foi uma fonte de amizades, as quais me renovaram o espírito a partir dos debates travados nos corredores e nas redes sociais.

Aos colegas Danilo Guimarães e Mauricio Silva de Carvalho, dos quais recebi apoio direto, o que muito ajudou na maturação da abordagem conduzida nesta monografia e na coleta e no tratamento dos dados necessários.

Ao estatístico Henry Pourchet, da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Sua atenção às minhas perguntas em muito contribuiu quando eu manipulava parte da base de dados empregada nesta monografia.

Ao professor doutor Carlos Frederico Leão Rocha, meu orientador. Ele sempre esteve pronto a me apresentar novas direções, ao mesmo tempo em que depositou em mim plena confiança para a realização deste trabalho. O seu conhecimento, a sua educação e a sua tranquilidade em muito ajudaram no nosso relacionamento e no meu desempenho.

A Deus, por tudo, e especialmente por me permitir realizar um sonho de quase trinta anos, a partir de quando tive meu primeiro contato com uma disciplina de ciências econômicas, enquanto fazia outra graduação. O desejo permaneceu latente, e como a chama não se apagou, aqui estamos.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo contribuir para o debate a respeito da desindustrialização, no Brasil. A partir dos anos 1980 houve alteração do cenário em que se desdobrou a industrialização conduzida no Brasil desde os anos 1930, e no século XXI pode-se notar maturação naquelas mudanças, além do aumento dos estudos a respeito da desindustrialização, o que mantém o tema candente. O cerne deste trabalho é uma tentativa de avaliação realizada a fim de buscarmos resposta para uma questão: o Brasil enfrenta processo de desindustrialização no século XXI? A metodologia utilizada na pesquisa inclui revisão bibliográfica e emprego de dados obtidos a partir de séries históricas de fontes oficiais. A avaliação contemplou três óticas de observação: emprego, produto e comércio exterior, no recorte temporal compreendido entre 2000 e 2014. O resultado da avaliação aponta para uma desindustrialização que poderá se configurar em menos de cinco anos, caso não haja mudança nas tendências observadas em cada variável estudada.

ABSTRACT

This monograph aims to contribute to the debate about deindustrialization in Brazil. From the 1980's there was change of the scenery on what the industrialization deployed in Brazil since the 1930's, and in the XXIth Century it's possible notice maturation on those changes, besides the increase of studies about deindustrialization, which keeps the theme candent. The core of this paper is an attempt of evaluation performed in order to finding answer to a question: does Brazil face process of deindustrialization in the XXIth Century? The methodology utilized on the research includes literature review and use of data obtained in historical series of official sources. The evaluation contemplated three points of view: employment, output and foreign trade, in the time frame consisted between 2000 and 2014. The result of the evaluation points to a deindustrialization that can be configured in less than five years, if there is no change in the trends noticed in each studied variable.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

II PND	II Plano Nacional do Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Programa de Metas
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1	A hipótese dos três setores	29
Gráfico 1	Evolução anual do emprego formal da indústria de transformação brasileira, em número de empregos e em relação ao emprego formal total - 1995 a 2014	50
Gráfico 2	Evolução trimestral do valor adicionado da indústria de transformação em relação ao PIB a preços básicos, com valores correntes - 1996 a 2014	52
Gráfico 3	Evolução trimestral do valor adicionado da indústria de transformação em relação ao PIB a preços básicos, com valores encadeados a preços básicos de 1995 - 1996 a 2014	53
Gráfico 4	Evolução anual da balança comercial brasileira e da balança comercial de manufaturados - 1996 a 2014	56
Quadro 1	Algumas definições de desindustrialização	36
Quadro 2	Síntese da revisão bibliográfica	47
Tabela 1	Capital nominal investido na América do Sul, pelos EUA e pela Grã-Bretanha - 1913 e 1929	16
Tabela 2	Taxa de variação anual do PIB e do PIB da indústria no Brasil - 1968 a 1980	45
Tabela 3	Exportações, importações e saldo comercial do Brasil - 1996 a 2014	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO, SEGUNDO RAÚL PREBISCH	12
I.1 Antecedentes históricos	12
I.2 A necessidade da industrialização, a partir do entendimento de Raúl Prebisch	20
I.2.1 O mundo dividido em centro e periferia, com algumas de suas implicações	20
I.2.2 A industrialização como saída para a restrição ao crescimento	24
CAPÍTULO II - INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO	28
II.1 O "caminho natural" da hipótese dos três setores	28
II.2 O debate da desindustrialização	32
CAPÍTULO III - BRASIL: DA INDUSTRIALIZAÇÃO À POSSÍVEL DESINDUSTRIALIZAÇÃO, NO SÉCULO XXI	41
III.1 Pequeno histórico da industrialização no Brasil	42
III.2 Desindustrialização no Brasil: um debate em aberto	46
III.3 Tentativa de avaliação da possível desindustrialização no Brasil do século XXI	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

A história econômica de diversos países da América Latina, ao longo do século XX, foi pontuada por desequilíbrios no balanço de pagamentos. Crises provocadas por duas guerras mundiais e um período de depressão até então sem precedentes, iniciado com o Crack da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e estendido pela década de 1930, motivaram tal condição. Com base na observação de tais ocorrências, além de estudos e mais a experiência acumulada em sua vida, Raúl Prebisch defendeu a industrialização como meio possível para se alcançar desenvolvimento econômico na região.

O Brasil conseguiu se industrializar a partir da década de 1930, de maneira até certo ponto exitosa, mas não plena. Isto porque o parque industrial instalado em território nacional cresceu e nele se pode produzir bens de capital, além de máquinas e equipamentos, mas não alcançamos capacidade para desenvolver tecnologia independente em variados segmentos. Devemos ressaltar que, quando tratamos de industrialização, fazemos referência mais especificamente à indústria de transformação, pois é este segmento da indústria que normalmente comporta complexidade tecnológica e, assim, acaba por disseminar progresso técnico para os demais setores da economia de um país, o que gera ganhos em diversas frentes. Além disto, é para a indústria de transformação do país que o governo aponta as suas políticas de desenvolvimento (CANO, 2014, p. 2).

Em contrapartida ao êxito conseguido no sentido de se elevar a produção industrial, o endividamento externo utilizado com mais intensidade nos anos 1970, na busca dessa industrialização, deixou mais vulnerável a condição externa da economia brasileira. Nos anos 1980, na chamada década perdida, quando a crise da dívida externa atingiu negativamente a América Latina, o Brasil também foi afetado. A restrição no acesso ao fluxo internacional de capitais serviu como freio para o crescimento da economia e ainda degenerou a moeda brasileira, provocando inflação crescente.

Nos anos 1990, a condição externa foi de relaxamento, um fator determinante para acabarmos com a inflação galopante (BASTOS, 2001, p. 233), anotada desde a década

anterior. Na primeira década do século XXI, as elevadas taxas de crescimento da China beneficiaram países produtores de *commodities*, entre eles o Brasil (CARNEIRO, 2010 p. 8), melhorando ainda mais a condição externa da nossa economia e permitindo acúmulo de reservas internacionais. Todavia, nada garante a permanência dessas mesmas condições ao longo dos anos, e o cenário que já foi favorável pode se mostrar adverso.

Por isto, entendemos que a industrialização defendida por Prebisch permanece válida pela possibilidade de eliminação da restrição externa, e se o Brasil registrou décadas seguidas de industrialização, ele poderia estar, há alguns anos, enfrentando processo de desindustrialização, como anunciado pela mídia e investigado no debate acadêmico de modo mais intenso a partir do século XXI. Todavia, caracterizar precisamente a possível desindustrialização no Brasil é uma questão ainda em discussão e que, por isto, justifica a realização do presente trabalho. Sendo assim, temos como objetivo geral contribuir para o debate a respeito da desindustrialização, no Brasil, a partir de uma tentativa de avaliação realizada com série de dados relativos ao século XXI.

Esta monografia está dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Ao longo do capítulo I, apresentamos antecedentes históricos que serviram para construção do cenário em que o argentino Prebisch consolidou suas ideias, e tratamos da necessidade e das vantagens advindas com industrialização nas economias periféricas, segundo a visão daquele economista. No capítulo II, constatamos que não há um "caminho natural" e único para o desenvolvimento econômico dos países, discutimos diferentes abordagens para a desindustrialização e as agrupamos sob três distintos eixos de observação: do emprego, do produto e do comércio exterior. No capítulo III, apresentamos resumo da industrialização conduzida no Brasil entre a década de 1930 e a década de 1980, confirmamos que o debate a respeito da desindustrialização no Brasil permanece em aberto, e finalmente conduzimos uma tentativa de avaliação sob as três óticas citadas, a fim de darmos robustez à nossa investigação. O recorte temporal empregado inicia no ano de 2000 e termina em 2014, inclusive. Nas considerações finais, reunimos as conclusões de cada capítulo e anunciamos a conclusão da nossa tentativa de avaliação.

A metodologia utilizada na monografia foi, basicamente, revisão bibliográfica de parte da literatura que trata da histórica econômica da América Latina, de parte da literatura produzida pelo economista Raúl Prebisch e que está concentrada no final da década de 1940 e início da década de 1950, de parte da literatura secundária que investiga o mesmo autor, e de parte da literatura que trata da industrialização e da desindustrialização. Os dados relativos à

economia brasileira empregados ao longo do texto foram obtidos a partir de séries históricas de fontes oficiais.

Ao fim e ao cabo desejamos saber, a partir de um tentativa de avaliação sob as três óticas citadas, se a economia brasileira enfrenta, ou não, processo de desindustrialização no século XXI. Por este motivo, não realizamos aprofundamento do debate em torno das causas geradoras e/ou das consequências de uma possível desindustrialização. Também não demos atenção para outras óticas de abordagem, tais como a produtividade, o investimento, a taxa de câmbio ou a renda per capita. Tampouco tivemos preocupação em classificar a possível desindustrialização sob o timbre de natural ou precoce. Dito isto, podemos anunciar que, na presente monografia, concluímos que o Brasil enfrenta uma desindustrialização que deve se realizar em menos de um lustro, caso se mantenha a situação atual para as três óticas de observação aqui empregadas.

CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO, SEGUNDO RAÚL PREBISCH

No presente capítulo, vamos apresentar antecedentes históricos que serviram de cenário para Raúl Prebisch consolidar suas ideias. A abordagem assume caráter principalmente econômico, ainda que não se restrinja a ele. Sempre que possível, usamos linha de condução baseada em acontecimentos com repercussão para todo o globo e mostramos desdobramentos que se deram na América Latina. Com isso, constatamos que a região participou do comércio mundial basicamente com venda de produtos primários, seguindo modelo de desenvolvimento vulnerável e dependente do mercado externo.

Além disso, vamos tratar das principais ideias de Prebisch reunidas em documentos do final da década de 1940 e início da década de 1950. Neles, o economista argentino revela sua percepção negativa para com os supostos benefícios resultantes da livre relação de comércio entre países, com especialização, e vê na industrialização o caminho para se conseguir crescimento econômico na América Latina.

I.1) Antecedentes históricos

No decorrer da sua história, a América Latina esteve inserida no comércio mundial, basicamente, com a produção e a venda de produtos primários. Após a Revolução Industrial, e ao longo do século XIX, a Inglaterra ocupou uma posição que chamaram de "oficina do mundo", como demandante por produtos primários, até porque não os produzia, e capacitada a realizar processamento em um complexo industrial no qual agregava mais valor. Ao mesmo tempo, a Inglaterra exportava produtos industrializados para diversos países.

Ao final do século XIX, a industrialização acabou se espalhando por outros países, os quais conseguiram uma chamada "industrialização retardatária". E se a Inglaterra largou na

frente, outros países igualmente conseguiram montar seus parques industriais. Nesse período, os Estados Unidos da América (EUA), alguns países da Europa Ocidental (com destaque para a Alemanha), e o Japão também acabaram por se tornar economias industrializadas.

O aumento na demanda por produtos nos países industrializados fez crescer as exportações na América Latina, implicando expansão nas economias dessa região. A Argentina, mais do que qualquer outro país, estava voltada ao comércio externo, o que resultou em expressiva melhoria no padrão de vida da sua população, de sorte a deixá-lo acima de qualquer outro, na região, e pouco antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a sua pauta de produtos exportados continha trigo, milho, carne, lã, couro, linhaça. Além da Argentina, outros tantos países participaram do processo, alguns com pauta exportadora mais diversificada, no molde argentino, alguns com pauta mais restrita. O Uruguai exportava produtos ovinos; o Chile, nitratos; o Brasil vendia café, o qual chegou a representar quase dois terços das suas exportações, na década de 1890; o México exportava prata e, depois, anotou elevação notável no comércio do petróleo, chegando a ser o terceiro maior produtor mundial, em 1911; a Colômbia exporta café, cultivando-o praticamente sob um regime de monocultura (GLADE, 2002, p. 56-65).

Assim, o comércio internacional aumentou, em volume e em valor, desde o início do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. E a América Latina permaneceu atuando como fornecedora de matérias-primas para os países dotados de economia industrializada. Conforme aquelas economias se especializavam na produção industrial, mais as economias latino-americanas se colocavam como fornecedoras de matérias-primas.

O motor do crescimento observado no período compreendido entre 1870 e 1914, quando se inicia a Primeira Guerra Mundial, foi a produção industrial. Segundo Glade (2002, p. 55), o processo se dava da seguinte maneira: a taxa de crescimento das economias desenvolvidas determinava a taxa de crescimento na produção industrial daquelas economias, resultando em elevação na demanda por produtos primários, muitos dos quais exportados pela América Latina.

Essa demanda crescente por produtos primários, nos países de industrializados, acabou gerando tensão no cenário internacional. As disputas por novas fontes de matérias-primas e por novos mercados consumidores dos produtos industrializados provocaram abalo na posição hegemônica inglesa. Outras potências começaram a tentar construir impérios ultramarinos, especialmente a Alemanha, mas também a França, a Itália. Ainda em período de paz, estas

disputas resultaram em uma corrida armamentista na Europa, cujo desfecho se deu com a deflagração da Primeira Guerra Mundial.

Esse conflito teve grande importância, desde que acabou com a economia mundial clássica capitalista na qual a Inglaterra exercia papel dominante, por intermédio do funcionamento do padrão-ouro. Todavia, mesmo antes da guerra, havia forças que ameaçavam o sistema vigente, e a repercussão na América Latina apresentou particularidades. Primeiro, a citada ascensão de economias com industrialização retardatária, em meio à queda da competitividade da indústria inglesa e da participação de seus produtos no comércio internacional, ainda que a libra conseguisse papel crescente como moeda chave no comércio internacional. Com isso, notava-se aumento da participação dos EUA no investimento e no comércio mantidos com a região, embora a Inglaterra seguisse na posição predominante. Segundo, a crescente oferta de produtos primários, em meio à demanda mais reduzida nos países industrializados, fruto da redução da taxa de crescimento demográfico, levaria a uma instabilidade no mercado (THORP, 2002a, p. 100 e 101).

Com o início da Primeira Guerra Mundial, observaram-se reflexos negativos no comércio internacional. A livre navegação se tornou difícil ou, às vezes, impraticável, conforme a região; e as ferrovias e estradas foram usadas para o transporte de militares e para o apoio logístico de uma guerra com abrangência mundial. O esforço de guerra implicou redução na oferta de produtos manufaturados no mercado internacional, uma vez que muitas indústrias nacionais se converteram para indústrias de material e de equipamentos militares: a chamada indústria bélica.¹ A lógica de mercado ficou afetada, pois a economia de guerra se instalou nas potências beligerantes, cujo principal propósito era vencer o conflito.

Devido ao desdobramento e à extensão de uma guerra inicialmente pensada como curta, houve aumento da demanda por produtos primários, em especial aqueles tidos como estratégicos para a condução da batalha, nas linhas de frente. Tal condição abriu espaço para que algumas economias aumentassem suas exportações, com melhora dos termos de troca e obtenção de saldo positivo nas contas externas.

Conforme Dabène (1999, p. 44) relata, após curta crise de caráter financeiro, a Primeira Guerra Mundial acabou servindo para incentivar a exportação de produtos da América Latina,

¹ Vale ressaltar que a Primeira Guerra Mundial exigiu esforço nunca antes visto para se manter as linhas de comunicação entre as frentes de batalha e os centros fornecedores de material. A duração do conflito e a maior tecnologia do material empregado pelos militares fizeram crescer a complexidade do apoio requerido, se comparada com quaisquer conflitos anteriores.

a partir do ano de 1915; além disso, promoveu a alta de preços. Em paralelo, as exportações europeias diminuíram o fluxo para a região. Neste cenário, as economias latino-americanas conseguiram acumular excedente na balança comercial, e os EUA se tornaram importante parceiro. Bulmer-Thomas (2002, p. 245) ressalta que os países exportadores de materiais estratégicos como o México (petróleo), o Peru (cobre), a Bolívia (estanho), o Chile (nitratos) lograram maior benefício.

Com o fim da guerra, algumas modificações importantes se deram no plano internacional, e outras, especificamente na América Latina. O liberalismo, tão popular até antes do conflito, passava a sofrer algum grau de questionamento; a Inglaterra, antes ocupando a posição de maior credora do mundo, via os EUA ocuparem esse posto; a América Latina, cada vez mais, deixava de estar sob influência inglesa para ficar, crescentemente, sob influência estadunidense.

Também com o fim da guerra houve esperança de recuperação do modelo liberal. Desde que a crise do modelo coincidiu com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, seria razoável pensar que o fim do conflito permitiria a retomada e o crescimento do comércio internacional, que o padrão-ouro seria restabelecido, e que o Estado tão presente na economia de guerra voltaria a ter participação reduzida. O comércio internacional retomou diversas linhas de comunicação, antes fechadas devido à guerra, e o padrão-ouro até chegou a ser reinstituído, mas nunca funcionou bem. Os EUA cobravam dívidas contraídas por países europeus durante o conflito, e isso provocava elevação de barreiras tarifárias protecionistas na Europa, além de pressão sobre a Alemanha, que perdera a guerra.²

Economicamente, os EUA reforçaram influência na América Latina.³ As exportações da região para aquele país cresceram com o passar dos anos, mas a taxas menores do que as taxas de crescimento das importações. De acordo com Bulmer-Thomas (2002, p. 247), entre 1913 e 1929, as importações estadunidenses de produtos latino-americanos aumentaram 110%, ao passo que as exportações daquele país para a América Latina cresceram 161%.

O resultado disso foi que o saldo comercial registrado pela América Latina, positivo antes e durante a Primeira Guerra Mundial, assumia posição inversa ao final da década de

² A derrota alemã resultou na imposição de pesadas reparações de guerra. A França e a Inglaterra exigiam o pagamento dessas reparações.

³ Embora houvesse exceções como Argentina e Costa Rica, que conseguiam conservar estreita ligação com a Inglaterra, e países como Brasil, Paraguai e Chile, que mantinham leque mais amplo de parceiros.

1920. Esse excedente permitiu aos EUA atuarem como exportadores de capital,⁴ para a região. A Tabela 1 apresenta a situação especificamente para a América do Sul. Nela, podemos confirmar a elevação proporcional da entrada de investimentos provenientes dos EUA, em relação aos investimentos provenientes da Grã-Bretanha, no intervalo de pouco mais de quinze anos, entre 1913 e 1929.

TABELA 1

Capital nominal investido na América do Sul, pelos EUA e pela Grã-Bretanha - 1913 e 1929
(valores em milhões de dólares)

	Investimentos estadunidenses		Investimentos ingleses	
	1913	1929	1913	1929
Argentina	40	611	1.861	2.140
Bolívia	10	133	2	12
Brasil	50	476	1.162	1.414
Chile	15	396	332	390
Colômbia	2	260	34	38
Equador	10	25	14	23
Paraguai	3	15	16	18
Peru	35	151	133	141
Uruguai	5	64	240	217
Venezuela	3	162	41	92

Fonte: M. Winkler, Investment of U.S. Capital in Latin America, World Peace Foundation, Boston, 1929, *apud* THORP (2002a, p. 108).

No comércio internacional, alguns fatores geravam desequilíbrio nos mercados, pelo lado da oferta e pelo lado da demanda. Afinal, elas caminhavam em sentidos opostos, no longo prazo. A demanda por produtos primários diminuía nos países industrializados, em face da criação de materiais sintéticos, da redução da taxa de crescimento demográfico e da baixa elasticidade-renda da demanda; em paralelo, a oferta crescia por causa da evolução tecnológica, dos investimentos em infra-estrutura nas redes de comunicação e de transporte, e

⁴ Esse capital teve alto custo para os países latino-americanos. Nos menores, houve desde situações em que se cobrou aplicação do recurso tomado emprestado em conformidade com interesses da política externa dos EUA, até a cessão do controle aduaneiro ou das ferrovias do país, a fim de se garantir a rápida quitação do empréstimo concedido. Nos países maiores, observou-se limitada vontade das lideranças internas, no sentido de empregarem o capital em projetos produtivos. Isso, sem contar o nível de corrupção em alguns países (BULMER-THOMAS, 2002, p. 247). Assim, o capital estadunidense reforçava a dependência e o controle externo na América Latina.

da proteção doméstica praticada em alguns países europeus (BULMER-THOMAS, 2002, p. 248).

Esta condição era ruim para as economias latino-americanas, que permaneciam tendo no mercado externo de bens primários o propulsor do próprio crescimento econômico, apesar da incipiente industrialização observada em alguns países,⁵ desde pouco antes da Primeira Guerra Mundial. Na verdade, as pautas de exportação das economias da América Latina se mantinham calcadas em poucos produtos primários, e confirmavam a vulnerabilidade do modelo de desenvolvimento utilizado.

A Grande Depressão afetou profundamente a economia capitalista e foi propagada a partir dos EUA, país que detinha a maior economia do mundo, desde a Primeira Guerra Mundial. A redução na demanda europeia, devido ao fim do período de reconstrução do pós-guerra, aliada à elevada oferta estadunidense, resultou em produção sem mercado consumidor. Falências e desemprego proliferaram com extrema velocidade. Países como Inglaterra e Alemanha foram atingidos, e a crise se espalhou por praticamente todo o mundo. O período mais intenso da depressão foi de 1929 a 1933.

O abundante fluxo internacional de capitais mostrava sinais de esgotamento, e entre 1927 e 1933 os empréstimos caíram em mais de 90%. A Alemanha era dependente desse fluxo, e em 1929, com retração de oferta do capital estadunidense, confirmou sua vulnerabilidade. A queda na produção industrial nos EUA e na Alemanha ficou próxima a um terço, ao passo que a seda produzida pelo Japão não mais encontrava mercado. Os preços dos alimentos e das matérias-primas tiveram queda vertical, e os agricultores que dependiam do mercado externo conheceram a ruína. O comércio internacional registrou redução de 60%, no intervalo entre 1929 e 1932 (HOBSBAWN, 1995, p. 93). Como podemos observar, a situação era catastrófica.

A América Latina via os preços de suas exportações caírem desde 1928. Com a crise, a situação piorou. O volume das exportações também sofreu diminuição. Por isso, as divisas eram cada vez mais escassas. Enfim, nenhum país latino-americano se viu livre da crise nos primeiros anos da década de 1930, ainda que o nível de impacto não tenha sido igual para todos. As características de tamanho da economia, produtos exportados, mercado interno e, principalmente, grau de abertura de cada economia resultaram em distintos níveis de impacto.

⁵ Com destaque para as maiores repúblicas: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru. E a elas podemos juntar o Uruguai.

No geral, o cenário era de retração no comércio exterior em meio à necessidade de liquidação dos débitos anteriores, por causa da falta de refinanciamento. Com isto, as dívidas externas assumiam peso relativo maior em relação às divisas obtidas por cada país com as suas exportações, uma vez que a entrada de moeda forte pela via comercial se reduzia. Tal contexto apresentava desdobramentos.

A receita fiscal dependente em alto grau do imposto de importações diminuiu de modo notável. Vejamos o caso do Brasil: em 1928, os impostos de importação respondiam por 42,3% do total de impostos arrecadados; em 1930, os impostos de importação estavam reduzidos em 1/3 do que representavam dois anos antes, e a receita fiscal reduzida em 1/4. Países dependentes de impostos de exportação, como o Chile, também verificaram redução forte nas receitas fiscais. Ou seja, o serviço da dívida impactava o balanço de pagamentos e a condição fiscal, nos países da região. O Peru, cujas exportações estavam sob a rédea de companhias estrangeiras, teve algumas cargas enviadas para o exterior, com o propósito de sanar dívidas. Até no plano político registraram-se desdobramentos da crise, pois a maior parte das repúblicas sofreu mudanças de governo (BULMER-THOMAS, 2002, p. 255 e 256). O Brasil, por exemplo, passou pelo golpe que levou Getúlio Vargas ao poder, justamente o candidato derrotado nas eleições para presidente.

Todavia, a Grande Depressão gerou mudanças, e novas posturas ajudaram os países a saírem da crise. Se antes de 1929 o padrão-ouro implicava atitudes quase sempre reativas, a partir da quantidade de moeda forte acumulada, sem ele, a política cambial se fazia mais proativa. A política fiscal e a política monetária se faziam igualmente ativas.

A maioria dos países associou o controle cambial com a restrição nas importações. Também o pagamento do serviço da dívida externa se fez algo menor, e ao final do ano de 1932 praticamente todas as repúblicas conseguiram equilibrar as contas externas, num patamar de importações e exportações menor do que antes. O equilíbrio das contas internas demorou um pouco mais para ser restabelecido.

A elevação dos preços do material importado associada a políticas fiscais e políticas monetárias pouco restritivas favoreceu o setor manufatureiro nos países maiores, e o setor agrícola, nos menores. Tais condições abriram espaço para produção de substitutos nacionais, a serem consumidos no mercado interno, tanto manufaturados quanto agrícolas. Era a mudança do crescimento baseado nas exportações para o crescimento calcado no mercado

interno.⁶ Ainda assim, não se pode pensar que a nova postura retirava todo o poder dos segmentos nacionais ligados à exportação (BULMER-THOMAS, 2002, p. 281 a 286).

A esse processo de retomada baseado na recuperação do setor externo e no suprimento da demanda interna via alguma industrialização devemos somar o crescimento das cidades, com a urbanização em diversos países latino-americanos, durante a década de 1930. Em suma, a retomada latino-americana perante a depressão foi relativamente rápida.

Um novo conflito, de abrangência mundial, iria afetar países de todos os continentes: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na América Latina, os problemas políticos e econômicos daí resultantes eram comuns às repúblicas. A Inglaterra decretou bloqueio à Alemanha em 1939, e como esta nação controlava longa parte da costa europeia, isso se refletiu na dificuldade em exportar para a Europa, um mercado que absorvia 30% das exportações latino-americanas. Houve infrutífera tentativa japonesa de aproximação comercial junto à América Latina. Contudo, a preocupação geopolítica estadunidense com a região resultou em aumento das relações comerciais com aquele país. Entre 1938 e 1940, as importações latino-americanas provenientes dos EUA cresceram 45%, enquanto as exportações latino-americanas para os EUA cresceram 37% (THORP, 2002b, p. 289 a 291). Também houve aporte de capital estadunidense, o que possibilitou, por exemplo, no caso do Brasil, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cuja usina se situa em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro.

Esta guerra fez com que os EUA aumentassem, ainda mais, a influência econômica que exerciam na América Latina. Todavia, também deu espaço para os governos das repúblicas da região exercessem papel mais expressivo na economia, com face desenvolvimentista, e a industrialização, que já existia em pequena escala, prosseguiu. O saldo da balança comercial na região ficou positivo e ainda houve crescimento das exportações e do comércio entre países latino americanos (THORP, 2002b, p. 294 a 296).

Este foi o cenário observado por Raúl Prebisch, quando começou a escrever os textos utilizados nessa monografia e que dão respaldo à sua proposta de industrialização para a América Latina. Conforme pudemos constatar, a região esteve inserida no comércio mundial com a venda de produtos primários, ao passo que outro grupo de países esteve inserido por meio da comercialização de produtos industrializados. Prebisch irá discutir os desdobramentos resultantes dessa situação, conforme veremos.

⁶ Este não foi o caso da Bolívia, cuja recuperação se deu com retomada nas exportações de estanho.

I.2) A necessidade da industrialização, a partir do entendimento de Raúl Prebisch

A partir de agora, vamos apresentar alguns aspectos principais das ideias de Raúl Prebisch. Deste modo, pretendemos demonstrar como países inseridos no sistema econômico mundial na posição de primário-exportadores (em especial os latino-americanos) enfrentam desequilíbrio crônico nos seus respectivos balanços de pagamentos, quando suas economias crescem durante seguidos anos. Para o economista argentino, tal ocorrência atua como restrição externa e serve de freio para o desenvolvimento. No entanto, ela pode ser superada por intermédio da industrialização, que por suas características ainda é capaz de proporcionar outros benefícios.

A base de referência para montagem da presente seção foram três documentos que veiculam estudos de Prebisch: Estudo econômico da América Latina e O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais, ambos publicados em 1949, e Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico, cuja publicação data do ano de 1952.

I.2.1) O mundo dividido em centro e periferia, com algumas de suas implicações

A divisão internacional do trabalho (DIT) é muito importante para o debate a respeito da visão de Prebisch. A inserção de países no processo produtivo baseada na intensificação de trocas, e sob especialização, acaba por formar uma dicotomia centro-periferia. De um lado, países centrais produzem majoritariamente bens industriais e propagam flutuações cíclicas para a periferia; de outro, países periféricos produzem majoritariamente bens primários e sofrem perdas de receita com flutuações cíclicas emanadas a partir do centro. Rodriguez (1981, p. 37) chama atenção para o fato de que esses polos antagônicos se "[...] constituem historicamente como resultado da forma pela qual o progresso técnico se difunde na economia". No centro, se espraia por todo o aparelho produtivo, e na periferia fica restrito a alguns setores ligados direta ou indiretamente à exportação de bens primários.

O problema é que essa condição, ao contrário do que se defende, impede o crescimento econômico na periferia. A disposição formada com a DIT não dá acesso universal aos ganhos obtidos por intermédio do progresso técnico, e eles permanecem restritos ao grupo de países centrais. Diante dessas constatações, todo o raciocínio que leva à conclusão dos benefícios econômicos advindos com a DIT cai por terra (PREBISCH, 1949b, p. 71 e 72).

Deste modo, Prebisch nega que as trocas defendidas no modelo ricardiano, de comércio livre entre países e com especialização das economias, de sorte que cada uma produza aquilo para o qual teria uma suposta vocação, acaba por prejudicar um determinado grupo inserido nesse sistema. Esse grupo é composto pelos países periféricos, que, como já foi enunciado, participam da DIT como fornecedores de bens primários e, portanto, permanecem distantes dos benefícios conseguidos por intermédio do progresso técnico.

O desenvolvimento do progresso técnico no processo produtivo implica diminuição no emprego de bens primários quando da produção, e isso corresponde a dizer que, com o tempo, os produtos primários têm diminuída a proporção em que participam da renda agregada apurada nas economias. Essa consequência se dá por três caminhos: i) elaboração cada vez mais complexa da matéria-prima, o que resulta na sua menor proporção, em termos de participação no valor do produto final; ii) melhor aproveitamento no emprego das matérias-primas, durante o processo produtivo, devido às novas técnicas desenvolvidas; e iii) uso de material sintético em alternativa às matérias-primas provenientes da natureza, como fruto de pesquisa e desenvolvimento de substitutos ao material tradicional (PREBISCH, 1952, p. 182).

Além da influência direta do progresso técnico, o economista argentino aponta outros fatores indiretos que contribuem para reduzir o consumo de matérias-primas, a partir da ótica da demanda. Vamos lembrar que o progresso técnico aumenta a produtividade e a renda per capita; por isso, o poder de compra dos consumidores se mostra maior do que antes e, também, as necessidades delineiam perfil algo diferente, o que gera reflexos na demanda agregada. Esses reflexos podem ser citados da seguinte forma: menor consumo proporcional de alimentos habituais e maior consumo de itens que contenham inovação técnica; e aumento da procura por serviços de caráter pessoal, quando comparada com a procura de produtos primários.

O processo segue esse caminho porque consumidores demandam alimentos até atingirem quantidade suficiente para satisfazer às suas necessidades básicas. Por outro lado, os produtos fabricados com o emprego de crescente inovação tecnológica podem despertar

necessidades antes inexistentes (ou desconhecidas) nos indivíduos. Da mesma forma, as opções com serviços cada vez mais diversificados conseguem atrair o interesse dos consumidores. Por causa dessas constatações, a importação de produtos primários, nos países centrais, tende a crescer com menor velocidade do que a velocidade de incremento da renda real (Prebisch, 1952, p. 183).

Podemos concatenar essas constatações a partir das palavras de Prebisch (1952, p. 183): "[...] a elasticidade-renda da demanda de importações primárias dos centros tende a ser menor que um". Em vista disso, quando há elevação da renda, nas economias dos países centrais, a demanda por produtos primários apresenta crescimento menor do que o aumento verificado na renda. Diante dessa comprovação, pode-se afirmar que caso as economias latino-americanas venham a apresentar crescimento no produto interno bruto (PIB) baseado tão somente em função do que conseguem registrar de aumento nas próprias exportações de produtos primários, elas irão atingir índice de crescimento econômico em ritmo sensivelmente menor do que o índice conseguido dos centros industrializados (Prebisch, 1952, p. 184). Mas as consequências não se limitam a essa constatação.

Nas ocasiões em que há crescimento da renda nos países periféricos, as manifestações decorrentes não diferem muito dessas que acabamos de descrever, já que as alterações na demanda se mostram similares àquela observada nas economias centrais. A partir do momento em que a renda per capita de países da periferia atinge um dado nível acima do que se pode considerar como de um patamar mínimo, a procura pelos bens industrializados também cresce com maior velocidade do que a procura pelos bens primários e pelos alimentos. Afinal, a elasticidade-renda da demanda de produtos industrializados é maior do que a elasticidade-renda da demanda de produtos primários, também na periferia (Prebisch, 1952, p. 185). A diferença a ser indicada é que países periféricos exportam bens primários e importam bens industrializados, simplesmente porque não produzem essa última categoria de bens, e essa característica repercute de modo a gerar reiterados anos com saldo negativo no balanço de pagamentos.

Se a economia periférica cresce, ocorre aumento da demanda por itens importados em velocidade maior do que a capacidade de importar, que tem seu limite determinado pelo montante próprio de exportações de bens primários. Quando as importações totalizam valor maior do que as exportações, e o país não é capaz de substituir as importações por meio de produção nacional de bens que não são produzidos mas que passam a ser demandados,

registra-se tendência ao desequilíbrio externo, por causa do déficit crônico no saldo do balanço de pagamentos.

A questão central não se restringe a esse desequilíbrio estrutural. Ela se refere a uma espécie de limitação crônica no crescimento econômico, observada a partir daí. As elevações de renda per capita acabam limitadas pela incapacidade que os saldos das exportações têm para custear as crescentes importações, devido à diferença na elasticidade-renda da demanda entre produtos exportados e produtos importados pelos países da periferia do sistema. O resultado final é a redução no ritmo de crescimento econômico, nas economias periféricas. Deste modo, a restrição externa atua como um limitador ao crescimento econômico sustentado, na periferia.

Esse desequilíbrio estrutural independe do efeito dos ciclos,⁷ ainda que possa ser catalisado por ele. No período ascendente, "[...] durante as fases de expansão da atividade econômica, os termos de intercâmbio variam favoravelmente à periferia, mas pioram nas fases opostas num grau maior do que aquele em que haviam antes melhorado". (RODRIGUEZ, 1981, p. 58 e 59). A situação final, depois de alguns ciclos, é de deterioração na relação dos preços e maior distanciamento na renda média de países centrais em relação à renda média de países periféricos.

Na fase ascendente do ciclo, a demanda por produtos fica maior do que a oferta, e observa-se transferência de lucro para a periferia, a partir da alta dos preços de produtos primários em expressão maior do que a da alta dos preços finais. Isso acontece porque o aumento da demanda faz crescer a produção industrial, que requer mais insumos, e como a resposta a essa elevação na procura por insumos não ocorre instantaneamente, o ajuste se dá com aumento de preços de bens primários. Por esse motivo, as economias periféricas acumulam aumento na renda, nessa fase.

Na fase descendente, a demanda por produtos finais fica abaixo da oferta, e ocorre queda expressiva dos preços das matérias-primas. Isso acontece porque parte da elevação dos preços de produtos industrializados na fase ascendente se transforma em salários. Na fase descendente, a resistência para a redução de salários nas economias centrais limita a queda de

⁷ As "[...] flutuações cíclicas da atividade econômica se caracterizam pela discrepância entre a demanda e a oferta global de produtos acabados – ou seja, de bens de consumo e de capital – e são provocadas por esse desajuste" (RODRIGUEZ, 1981, p. 59). Os ciclos são a forma que caracteriza o crescimento, nas economias capitalistas, e apresentam fase ascendente e fase descendente.

preços na produção industrial,⁸ e a pressão para que os custos sejam diminuídos acaba transferida para a periferia.⁹ Assim, quanto menos a renda puder ser diminuída no centro, mais ela terá que ser diminuída nas economias da periferia. Isto posto, lucros e salários acabam sendo mais reduzidos na periferia do que no centro, durante as fases cíclicas descendentes. Ou seja, há notável queda na renda, nas economias periféricas, quando das fases descendentes (PREBISCH, 1949b, p. 87).

Conforme destaca Prebisch (1949b, p. 86), "[...][o]s preços primários sobem com mais rapidez do que os finais na fase ascendente, mas também descem mais do que estes na fase descendente, de tal forma que os preços finais vão-se distanciando progressivamente dos primários através dos ciclos". Consoante o exposto, a renda cresce mais no centro do que na periferia, após diversos ciclos econômicos.

Segundo pudemos observar, a DIT faz com que economias periféricas enfrentem déficit crônico no balanço de pagamentos, quando promovem crescimento da renda per capita. Esse desequilíbrio é fruto da diferença na elasticidade-renda da demanda entre produtos industriais importados e produtos primários exportados, sendo a primeira maior do que um e a segunda com valor entre zero e um. Tal situação poderá até ser estimulada por causa dos ciclos econômicos, mas independe deles para se efetivar. A pior consequência advinda desse fato é a restrição na chance de crescimento das economias periféricas.

I.2.2) A industrialização como saída para a restrição ao crescimento

A dificuldade para se manter crescimento sustentado em economias periféricas, conforme acabamos de constatar a partir da exposição do ponto de vista de Raúl Prebisch, requer algum tipo de solução. Do contrário, o resultado a ser conseguido por intermédio da manutenção do *status quo* será o aumento do hiato que já existe entre países centrais e países periféricos. Ou seja, se nada for feito, a tendência é de distanciamento da capacidade econômica de países centrais em relação aos periféricos, numa resultante que limita o acesso

⁸ Sindicatos organizados nos países centrais acabam defendendo interesses dos trabalhadores e impondo rigidez para se diminuir os salários naquelas economias.

⁹ Em países periféricos, a organização sindical de trabalhadores é fraca e pouco atuante, e isso resulta em queda no poder de barganha.

das populações de economias periféricas aos mesmos benefícios disponíveis para populações dos países centrais.

Prebisch encontra na industrialização a solução para se conseguir crescimento econômico nos países periféricos, e percebe os seus benefícios com base nas economias centrais, que já haviam passado, de alguma forma, por um processo de revolução industrial. Assim, se na DIT a industrialização era apregoada como desnecessária para os países produtores de bens primários, na verdade, ela seria o caminho para se sair da desvantajosa posição ocupada pelos periféricos (PREBISCH, 1949b, p. 71 e 72). A seguir, vamos apresentar a defesa desse ponto de vista com um pouco mais de detalhes.

A produtividade nas economias latino-americanas é tida como baixa, se comparada com a produtividade das economias centrais, devido ao estágio mais atrasado de desenvolvimento em que as primeiras se encontram. Portanto, aquelas dispõem de maior margem para crescer. O problema central é que o crescimento econômico calcado na exportação de bens primários foi insuficiente para comportar a mão de obra disponível (PREBISCH, 1952, p. 184), além do que gerou ritmo menor de avanço do que o ritmo conseguido nos países industrializados. Para debater a produtividade, vamos retomar uma assertiva colocada na seção I.2.1, qual seja, o progresso técnico resulta em aumento da produtividade e da renda per capita.

Nas economias latino-americanas, o crescimento vegetativo da população e a parcela de mão de obra deslocada da agricultura, por causa da maior produtividade registrada a partir do progresso técnico implementado naquele setor, não foram plenamente absorvidos pelo setor voltado à exportação. E, para Prebisch, a industrialização representa um meio para se assegurar ritmo de crescimento econômico superior ao da taxa de crescimento das exportações de bens primários. Com isso, se absorveria quantidade maior da mão de obra disponível, tanto de modo direto (nas fábricas) quanto de modo indireto (nas atividades de apoio e complementares à industrialização) (PREBISCH, 1952, p. 185).

A industrialização ainda abre espaço para outros investimentos que se desdobram, ao longo da cadeia produtiva de bens com maior valor agregado. Podemos citar investimentos como os de infraestrutura, de comércio para a venda da produção, de fornecedores menores para atendimento da demanda proveniente das grandes empresas, de ensino e treinamento para a formação de pessoal, e outros.

Outro ponto a ser destacado com o progresso técnico é que ele faz crescer a renda. Conforme explicado na seção anterior, a diferença na elasticidade-renda da demanda entre bens primários e bens industrializados provoca desequilíbrio externo em países periféricos, devido ao déficit crônico no balanço de pagamentos. Isso ocorre porque os itens industrializados não são fabricados internamente. Neste caso, a industrialização nas economias latino-americanas serve para atender a essa crescente demanda interna por itens industrializados, nos momentos de elevação da renda per capita nacional.

Por conseguinte, a industrialização garante que as economias periféricas consigam eliminar o déficit crônico no balanço de pagamentos, a longo prazo. Mais do que isso, ela gera condições para o crescimento sustentado, ao possibilitar que se substituam as tradicionais importações de bens de consumo pela importação de bens de capital. Essa eliminação do déficit crônico no balanço de pagamentos se configura na maior vantagem conseguida, a partir do processo de industrialização, na periferia.

A industrialização também permite ao país periférico tirar proveito dos benefícios acumulados com o progresso técnico registrado tanto no seu setor industrial quanto no seu setor de produção de matérias-primas, uma vez que os ganhos com o progresso técnico permanecerão no interior da própria economia.

Outro benefício obtido com a industrialização é a conformação de mercado interno dinâmico, o qual garante demanda para que o crescimento da economia não dependa quase que exclusivamente do mercado externo. Conforme nos lembra Prebisch (1949b, p. 78), até antes da Grande Depressão, economias latino-americanas conseguiram crescer com base no impulso dado pela dinâmica persistente na elevação das exportações, em um sentido que flui de fora para dentro da economia. No entanto, tal circunstância pode não se repetir em momentos históricos futuros, e por isso o crescimento obtido por meio da industrialização se manifesta mais garantido e perene.

A industrialização também resulta em aumento real da renda porque gera salários maiores para empregados que deixam de exercer atividades de baixa produtividade para começarem a trabalhar em atividades mais produtivas.

Um aspecto importante e que merece destaque na proposta de Prebisch é que ela não propõe que a agricultura seja abandonada pelas economias da América Latina. Afinal, essa atividade garante exportações que geram divisas a serem utilizadas no pagamento das

importações daquilo que é necessário ao desenvolvimento econômico movido pela industrialização, como por exemplo os bens de capital.

Consoante o exposto, temos condições para indicar os benefícios conseguidos com a industrialização nas economias latino-americanas, segundo o entendimento de Raúl Prebisch. São eles: ritmo de crescimento maior para a economia, absorção de mão de obra abundante, abertura de novas frentes para o investimento, acesso pleno aos benefícios oriundos do progresso técnico, formação de mercado interno consumidor que garante demanda para que a dinâmica da economia não dependa exclusivamente da demanda externa, aumento real da renda, e – o mais importante dos benefícios – eliminação da restrição externa registrada quando as economias crescem, dando fim a uma condição limitadora do crescimento econômico na região. Especialmente este último benefício é o que mantém a visão de Prebisch válida no século XXI. Ainda que, após os anos 1950, a tecnologia e a produção industrial estejam se distanciando uma da outra, em termos físicos, devido à pulverização crescente da produção em variadas cadeias de valor, a indústria pode contribuir para o desenvolvimento de um país a partir da pesquisa e desenvolvimento, e não apenas com a produção industrial executada em território nacional.

Estes benefícios indicados por Prebisch ao final da década de 1940 e nos primeiros anos da década de 1950 são suficientes para que possamos justificar a necessidade de industrialização em economias latino-americanas. Afinal, a experiência histórica observada e até mesmo vivenciada em parte pelo economista argentino, com modelo de inserção no comércio internacional proposto segundo a visão ricardiana, fora incapaz de gerar, até então, modelo satisfatório para o desenvolvimento nas economias latino-americanas. Para Prebisch, algo precisava ser feito, e o caminho a ser seguido passava pela industrialização, cujos benefícios enumeramos no parágrafo anterior.

CAPÍTULO II - INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Com a instalação das primeiras unidades manufatureiras, o nascente setor industrial assume crescente participação no conjunto de uma dada economia; em outras palavras, o setor secundário passa a ter maior peso relativo e a agricultura, até então o setor mais expressivo, gradualmente cede espaço para a indústria. O emprego e a renda começam a ser gerados, cada vez mais, pela indústria. Mas esse movimento não para, e as atividades desenvolvidas pelo setor terciário buscam adequação de modo a suprir necessidades geradas no setor industrial. Por isso, num segundo momento, as atividades do setor secundário é que cedem participação relativa para as atividades do setor de terciário, já que este último se apresenta mais amplo e capacitado tanto para realizar tarefas que antes estavam no seio do setor industrial quanto para atender as crescentes demandas de uma sociedade mais complexa.

O primeiro movimento descrito no parágrafo anterior é que se chama de industrialização, ao passo que o segundo é tratado como desindustrialização. No presente capítulo, vamos abordar brevemente um suposto "caminho natural" no processo de desenvolvimento econômico, o qual engloba esses dois processos. Além disto, apresentaremos e discutiremos alguns conceitos para desindustrialização. O propósito aqui perseguido é formar base adequada para abordagem e avaliação da dita desindustrialização, no Brasil.

II.1) O "caminho natural" da hipótese dos três setores

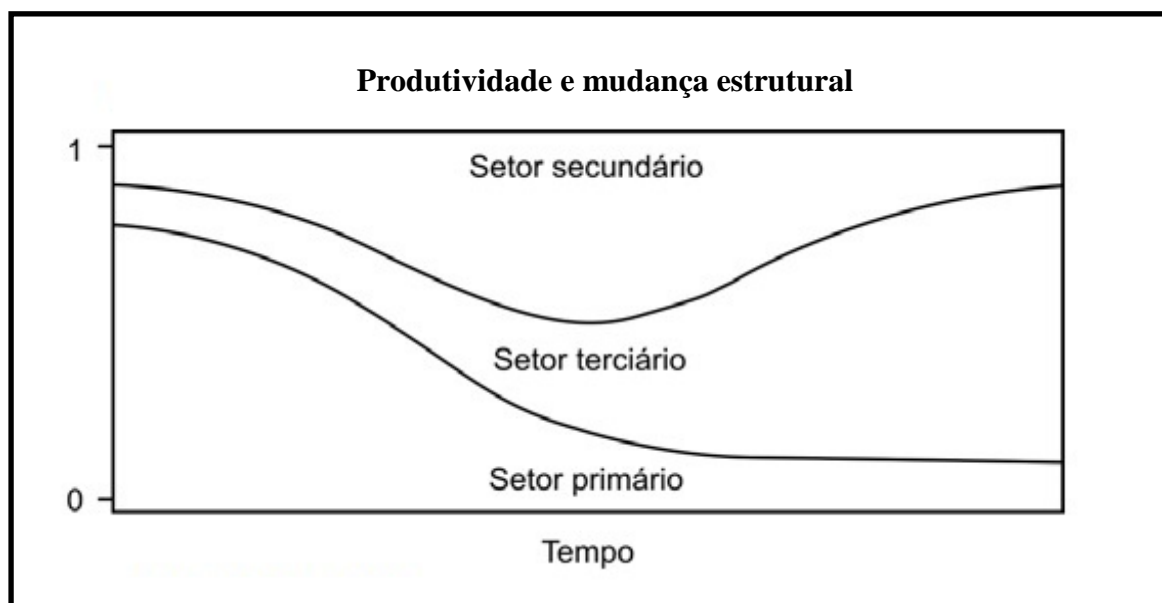
A trajetória do desenvolvimento econômico não apresenta o mesmo caminho, de país a país. As peculiaridades relativas ao momento histórico e suas variáveis atinentes ao sistema internacional e ao ponto de partida de cada economia, a disponibilidade ou não de recursos naturais, e a atuação proativa ou reativa do Estado fazem com que distintos caminhos sejam

anotados. No entanto, tentaremos realizar abordagem de modo sistêmico, evitando assim utilizar considerações por demais individualizadas, para tal ou qual economia.

Optamos por lançar mão da hipótese dos três setores, conforme está apresentada no artigo *Productivity and structural change: a review of the literature*, de Jens J. Krüger. Segundo o autor, denominamos hipótese dos três setores à pesquisa voltada ao acompanhamento da variação da dominância dos setores, na economia, conforme se dá o transcorrer do tempo. A composição do PIB estaria calcada em três agregados, quais sejam: o setor primário, com atividades agrícolas relativas ao atendimento das necessidades básicas e atividades de exploração dos recursos naturais existentes; o setor secundário, que contém a produção industrial, e esta aglutina quatro subsetores: a extração mineral, a construção civil, a produção de serviços industriais de utilidade pública, além da indústria manufatureira ou de transformação; e o setor terciário, com o qual se ofertam serviços para a sociedade, como um todo, sendo que estes serviços podem ser ofertados quase exclusivamente com mão de obra, mas também podem requerer o uso de bens de capital, tais como edifícios ou computadores. No próximo parágrafo, vamos apresentar as variações anotadas em uma economia, com base na observação da Figura 1.

FIGURA 1

A hipótese dos três setores



Fonte: Krüger (2008, p. 333)

Em um estágio inicial, predomina o setor primário. Nele, se concentram a maior parte da mão de obra empregada bem como a maior parcela do valor adicionado total da economia, por conseguinte, os outros dois setores respondem com pequena parcela do emprego e do produto. A maior parcela da população está assentada em regiões rurais e as demandas então observadas são praticamente todas por itens básicos. A partir do surgimento das indústrias, é o setor secundário que assume maior importância, enquanto o setor primário declina. O progresso técnico e os primeiros movimentos populacionais rumo às cidades geram boas condições para a ampliação das atividades industriais, e é assim que o emprego e a produção tomam corpo no setor secundário, o qual assume maior relevância no crescimento da renda. Em estágio posterior, como que em um terceiro momento, é para o setor terciário que o emprego e a geração do produto passam a se deslocar, devido ao desenvolvimento econômico mais avançado (em uma sociedade urbana) e à maturidade das indústrias. Ao fim desses acontecimentos, a maior parte da força de trabalho estará empregada neste último setor, o qual também responderá pela maior parcela do valor adicionado, em dada economia.

Carvalho (2010, p. 35) chama atenção para o fato de que um dos primeiros autores a tratar esse padrão de mudança entre os setores produtivos foi Kuznets (1957), com dados de países dotados de economias já desenvolvidas, e reunidos conforme a renda per capita das suas populações. Este autor notou crescimento da renda em paralelo à queda da participação da agricultura e aumento da participação da indústria, no PIB. Também observou crescimento da renda e aumento relativo de mão de obra empregada no setor de serviços, após o primeiro movimento descrito neste parágrafo.

Deste modo, haveria um caminho natural comum para a maioria dos países, com suas economias, na busca da elevação do nível de bem-estar para as respectivas populações. Conforme vimos, a trajetória se daria em três estágios diferentes, e em cada um deles haveria predominância de um setor sobre os demais. Primeiramente, é a vez da agricultura, depois ocorre predomínio industrial e, finalmente, dos serviços. A supremacia do setor secundário se dá com um processo chamado de industrialização.

No primeiro momento do processo de industrialização, acontece absorção, nas indústrias, da mão de obra excedente que está empregada na agricultura, sendo que os salários reais e a produtividade do setor primário e do secundário são muito similares (LEWIS, 1954 *apud* NAYYAR, 2014, p. 161), e a participação do setor industrial, na produção e no emprego, cresce. No segundo momento da industrialização, acontece transferência de mão de obra empregada em ocupações de baixa produtividade para as de alta produtividade na própria

indústria, e elevação da produtividade média no setor primário e no secundário. Isso resulta em mais crescimento relativo da parcela da produção industrial, no total do PIB.¹⁰

No terceiro momento, continuamos a registrar queda na participação relativa do setor primário e crescimento do setor terciário, enquanto o secundário se mantém. Todavia, com o passar do tempo, o setor de serviços cresce (mais no emprego do que na produção) à custa de absorção de mão de obra do setor industrial, uma vez que não mais se consegue mão de obra proveniente da agricultura. Nas economias desenvolvidas, esse processo recebeu o nome de desindustrialização (ROWTHORN e WELLS, 1987 *apud* NAYYAR, 2014, p. 161).

O citado trabalho de Kuznets (1957) pode ser alvo de críticas porque se restringiu a pesquisar países bem sucedidos no processo de industrialização; porque não somente as economias que apresentam crescimento mas também as economias estagnadas estão sujeitas a registrar alterações diretas no emprego e no produto; e, ainda, porque o crescimento econômico não gera obrigatoriamente os desdobramentos anotados naquele estudo (SUTCLIFFE, 1971 *apud* CARVALHO, 2010, p. 35).

Além disso, chamamos atenção para o fato de que esse caminho dito natural pode não representar uma *proxy* para o desenvolvimento econômico, uma vez que existem países cujo setor terciário é predominante na economia mas eles não atingiram elevado nível de bem-estar, nem obtiveram crescimento econômico acima do de países nos quais o setor primário permanece com predominância. Nesse mesmo sentido, Morceiro (2012, p. 22) ressalta que nem sempre a economia calcada em atividades do setor terciário proporciona situação melhor para a população do que a economia calcada em atividades agrícolas. Para reforçar esse ponto de vista, ele dá como exemplo o caso de países como a Austrália, o Canadá e a Noruega, considerados desenvolvidos mas com o setor primário muito relevante para a economia de cada um deles, em comparação com o caso de países em desenvolvimento situados na América Central, cujas economias se mantêm baseadas em atividades do setor terciário, em especial o turismo.

Por tudo isso, podemos concluir que não se pode afirmar a existência de um caminho natural na trajetória de desenvolvimento de todos países. A desindustrialização ocorreu nas economias desenvolvidas, nas quais o processo de industrialização se deu de maneira exitosa, mas também pode ocorrer quando o setor secundário simplesmente perde espaço para o setor

¹⁰ A esses dois estágios apresentados, Nayyar (2014, p. 161) chamou, respectivamente, de "absorção extensiva da mão de obra" e "uso intensivo da mão de obra".

de serviços ou para o setor primário, mesmo antes de se verificar um estágio de maturidade no processo de industrialização, como aquele observado em economias desenvolvidas. Uma vez que este trabalho se propõe a caracterizar um pouco mais precisamente a possível desindustrialização no Brasil, a partir de agora vamos debater diferentes abordagens que tratam da desindustrialização e de suas consequências.

II.2) O debate da desindustrialização

Os estudos da desindustrialização se concentraram, inicialmente, em países de economia avançada, e para lá se mantiveram voltados, nas décadas de 1960 e 1970. Essa é uma constatação esperada, posto que foram as economias mais desenvolvidas que primeiro observaram a ocorrência desse fenômeno, enquanto muitos países em vias de desenvolvimento ainda buscavam implantar um parque industrial mais robusto. A literatura em torno do assunto tinha como propósito buscar explicação para a mudança do nível de emprego em economias desenvolvidas, o qual reduzia no setor secundário e crescia no setor de serviços. Somente nos anos 1990, e com maior expressão na primeira década do século XXI, é que o estudo se voltou, também, para economias de países em desenvolvimento.

Existem diversas definições para o termo desindustrialização, e elas não são consensuais. Não podemos nos esquecer de que o debate em relação à importância da indústria de transformação se coloca além do limite das ciências econômicas. Afinal de contas, ele engloba assuntos ligados à geração de emprego, ao acúmulo de tecnologia, à capacidade de uma dada economia em suprir as necessidades da população, à atuação da indústria como o motor de crescimento de toda a economia, à possibilidade para se gerar divisas com exportação de bens industriais, entre outros assuntos. Essa condição faz com que as pesquisas se mostrem ricas, em termos de amplitude e profundidade nas suas abordagens, e sofra até mesmo influência de caráter ideológico.

Uma vez que diferentes percepções tendem a resultar em diferentes conclusões, a própria constatação da existência de processo de desindustrialização, em dada economia, acaba sendo colocada sob dúvida, se varia(m) o(s) medidor(es) empregado(s). Por esse motivo, entendemos que há necessidade de se buscar diferentes conceitos.

Conforme visto na seção anterior, o conceito clássico de desindustrialização está relacionado com a retração persistente da mão de obra utilizada nas indústrias, frente o nível total de emprego em dada economia, e foi apresentado por Rowthorn e Wells (1987). O trabalho desenvolvido por essa dupla esteve centrado na deterioração do nível de emprego, na indústria do Reino Unido. Esse tipo de abordagem revela uma desindustrialização tipicamente relativa, pois considera a taxa de crescimento do nível de emprego nos diferentes setores da economia, e isso deixa com menor importância a simples apuração do crescimento absoluto do montante de mão de obra empregada na indústria. Em outras palavras, ainda que se verifique aumento no número total de empregados no setor industrial, durante dado intervalo de tempo, deverá haver comparação proporcional desse valor em relação aos demais setores, a fim de se constatar (ou não) a existência de desindustrialização, na economia de um país. E quando ela ocorre, normalmente, o setor secundário está perdendo mão de obra que passa a ser empregada, progressivamente, no setor de serviços.

Ao final da década de 1990, Rowthorn e Ramaswany anunciaram logo no primeiro parágrafo do texto *Growth, trade, and deindustrialization* que "[T] [t]he share of manufacturing employment has declined continuously for more than two decades in most advanced economies – a phenomenon that is referred to as deindustrialization."¹¹ (ROWTHORN e RAMASWANY, 1999, p. 18). Como é possível notar, estes autores permaneceram com olhares voltados para o nível de emprego na indústria de transformação, e novamente o utilizaram como referência para avaliar o grau de industrialização dos países dotados de economias avançadas. No decorrer do trabalho, eles reforçaram a proposta de que a ocorrência de desindustrialização poderia não caracterizar uma etapa de retrocesso para a economia nacional; ao contrário, revelaria estágio econômico mais avançado, o qual promove desindustrialização, devido a fatores relacionados mais a questões internas do que externas.¹²

Ainda segundo Rowthorn e Ramaswany (1999, p. 34), são três os fatores que fomentam a desindustrialização: alterações no perfil de demanda entre manufaturas e serviços desejados pela população; diferencial registrado na produtividade do trabalho nos distintos setores da economia, sendo que o trabalhador da indústria é normalmente mais produtivo do que o trabalhador dos demais setores; e queda no preço relativo das manufaturas. O consumidor que

¹¹ "A parcela do emprego manufatureiro tem declinado continuamente por mais de duas décadas na maioria das economias avançadas - um fenômeno que é classificado como desindustrialização." (Tradução nossa).

¹² Estes autores perceberam a desindustrialização como algo natural para economias avançadas, que contam com parque industrial montado a partir de pesquisa e desenvolvimento fomentados e conduzidos dentro do próprio país. Nesta monografia, não estamos preocupados com esse tipo de classificação para o processo de desindustrialização.

tem elevação na renda a partir do desenvolvimento econômico muda o seu perfil de consumo, e, a indústria madura – mais produtiva e com ritmo mais intenso no crescimento da sua produtividade – transfere mão de obra para o setor de serviços, cujo ritmo de crescimento da produtividade é menos intenso, sendo que isto ocorre antes mesmo que a parcela de participação da indústria de transformação, no PIB, seja reduzida. Devemos lembrar ao leitor que a nossa atenção está voltada para a caracterização do que vem a ser desindustrialização, e não para as suas causas.

Tregenna (2009) ampliou o conceito, ao propor novo método de estudo, o qual também considera o nível de emprego na indústria comparado com o de toda a economia, mas ainda incorpora análise da variação da fatia de contribuição do setor industrial, no PIB. Para tal, utiliza amostra composta por um total de 48 países que apresentam diminuição da participação relativa do emprego na indústria.¹³ A autora anota situações em que, apesar de a parcela do emprego da indústria se mostrar declinante em relação à economia com um todo, a parcela da produção industrial no produto não descreve trajetória naquele mesmo sentido. Ou seja, o valor adicionado pela produção industrial no PIB não diminui. E esta constatação requer análise algo diferente daquela utilizada pela visão que se restringe a observar o nível relativo de emprego na indústria.

Segundo a mesma autora, a comparação específica entre o Reino Unido e a Coreia se mostra interessante. A taxa de declínio da participação da indústria no emprego total (o emprego industrial) apresenta valores muito similares, quando colocamos frente a frente as economias dos dois países.¹⁴ Porém, o PIB industrial na Coreia (no intervalo de 1989 a 2003) cresceu na ordem de 7,5% ao ano, ao passo que o PIB industrial do Reino Unido teve sua participação relativa no produto do país encolhendo à taxa anual de 1,3% (entre 1980 e 2003) (TREGENNA, 2009, p. 442). Deste modo, quando incluímos na comparação um parâmetro que vai além da variação do emprego industrial, podemos observar que as performances econômicas do setor industrial daqueles dois países não são propriamente as mesmas.¹⁵

¹³ O artigo de Tregenna não incluiu a economia brasileira. Segundo a autora, a falta de série histórica com dados do emprego na indústria impede estudo da condição do Brasil, apesar da dita desindustrialização que o país enfrenta.

¹⁴ Em 1980, o emprego industrial em percentagem do emprego total, no Reino Unido, era 27,7%; em 2003, passou a 14,9%, representando queda de 2,66% ao ano. Na Coreia, o emprego industrial em percentagem do emprego total caiu de 27,8% no ano de 1989 para 19%, em 2003, com declínio médio de 2,68% ao ano (TREGENNA, 2009, p. 442).

¹⁵ Tregenna (2009, p. 442) destaca o fato de que as duas economias não são perfeitamente comparáveis. Elas estariam em diferentes estágios de desenvolvimento, tanto que a renda per capita do Reino Unido representa quase o dobro da renda per capita coreana.

Essas diferenças tornam mais difícil a formulação de um conceito unidimensional, suficientemente genérico e abrangente, para o que vem a ser desindustrialização, uma vez que tanto o emprego quanto a produção na indústria se mostram importantes para a análise realizada. A partir do conceito clássico de Rowthorn (formulado em consórcio com outros pesquisadores e apresentado anteriormente), as duas economias estariam enfrentando processo de desindustrialização, mas para Tregenna (2009) somente a economia do Reino Unido apresenta claros sinais de desindustrialização. No entanto, esta autora nos adverte que o sintoma registrado na Coreia, qual seja redução na participação relativa do emprego industrial, não pode deixar de ser alvo de preocupação para os formuladores de política, naquele país. Afinal, o crescimento da economia, como um todo, pode sofrer progressivo impacto negativo, devido à menor participação do emprego industrial, no montante do emprego da economia.

Por tudo isso, Tregenna (2009) percebe que desindustrialização deve ser entendida como o declínio sustentado da participação da produção industrial, tanto no emprego total quanto no PIB, de uma determinada economia.¹⁶ Desta maneira, a autora engloba duas dimensões na sua proposta de conceito para a desindustrialização, e por isto, a amostra de 48 países utilizada por ela se apresenta de forma heterogênea, apesar da queda generalizada na participação relativa do emprego industrial anotada em cada uma delas. Enfim, desindustrialização em dada economia implica queda relativa da importância que tem o setor industrial para gerar empregos e para gerar valor adicionado, em comparação com os demais setores dessa mesma economia.

Lourenço e Silva (2014a) apresentaram artigo no qual revisitaram o conceito de desindustrialização, ao longo do processo histórico. Estes autores dividiram os trabalhos, por eles pesquisados, em dois blocos. O primeiro dos blocos se preocupava com a queda na participação do emprego industrial perante o emprego total, enquanto o segundo tratava da perda relativa da participação do emprego e da produção industrial. Esta sequência se assemelha com a apresentação que fizemos até o momento, neste capítulo. Inicialmente, mostramos a percepção de Rowthorn por meio de trabalhos desenvolvidos com dois outros autores, e depois apresentamos o artigo de Tregenna. Todavia, sabemos que existem outros conceitos para desindustrialização, e a tentativa de agrupá-los com base nas semelhanças mantidas entre si pode ajudar no sentido de sistematizarmos esses conceitos. Por isso, vamos

¹⁶ Nas palavras da própria autora: "[...] deindustrialisation should be regarded as occurring when there is a sustained decline in both the share of manufacturing in total employment and the share of manufacturing in GDP." (TREGENNA, 2009, p. 459).

reproduzir o quadro contido em Morceiro (2012), no qual o autor apresenta diferentes conceitos para desindustrialização.

QUADRO 1

Algumas definições de desindustrialização

Autores estrangeiros

- Desindustrialização é um “termo que tem muitos significados diferentes, mas através desse trabalho nós o usaremos para denotar **uma queda na participação da indústria**, especialmente a manufatureira, **no emprego total**” (Rowthorn; Wells, 1987, p.5).
- “A participação do emprego manufatureiro tem declinado continuamente por mais de duas décadas na maioria das economias avançadas – um fenômeno que é referenciado como desindustrialização” (Rowthorn; Ramaswamy, 1999, p.18).
- “Esse artigo define desindustrialização com um declínio secular na participação da manufatura no emprego nacional” (Row thorn; Coutts, 2004, p.767).
- “Finalmente, vem uma nova fase, na qual o emprego industrial começa a cair, (primeiro em **termos relativos** e depois, ao menos em alguns países, em **termos absolutos**); neste meio tempo, os serviços continuam sendo a fonte principal de absorção de mão-de-obra. Essa fase mais tardia é comumente chamada de fase de ‘desindustrialização’” (Palma, 2005, p.2).
- “O **declínio da participação da manufatura no emprego e no produto total** – um fenômeno conhecido como desindustrialização” (Chang, 2010, p.91).
- “Em vez de definirmos desindustrialização em termos de uma simples dimensão de queda de participação da manufatura no emprego total, assim como na literatura corrente, propomos que a desindustrialização poderia ocorrer quando existe um *declínio sustentado em ambas a participação da manufatura no emprego total e a participação da manufatura no PIB*” (Tregenna, 2008, p. 459, itálicos no original).
- “Temos definido desindustrialização como um **declínio prematuro do valor adicionado manufatureiro no PIB** sem uma recuperação” (Shafaeddin, 2005, p.17).
- “Desindustrialização em países avançados é entendida como um **declínio absoluto ou queda de participação da indústria manufatureira no emprego e produto total**” (Singh, 1987, p.302).
- A “principal contribuição da conferência foi fechar o significado do termo ‘desindustrialização’, sobre isso houve um acordo geral. A questão para preocupação foi a **falha progressiva para alcançar um excesso suficiente de exportações sobre as importações de manufaturados para manter a economia em equilíbrio externo no pleno emprego**” (Blackaby, 1978, p.263).
- “Falaremos agora sobre a visão de ‘Cambridge’ de desindustrialização. Esta rejeita explicitamente o critério de desindustrialização como uma tendência *doméstica* na manufatura, seja do emprego ou produção, seja em termos absolutos ou como proporção do emprego ou atividade total. [...] Desindustrialização pode ser definida por envolver a **ausência de um setor manufatureiro eficiente** [ver definição de Singh (1977) apresentada a seguir sobre setor manufatureiro eficiente]. Isso coloca ênfase na falha da indústria britânica em manter sua participação **no comércio mundial de manufaturas**, por um lado, e **no aumento da penetração das importações** no mercado britânico doméstico, por outro. Isso pode parecer nada mais do que uma restrição do balanço de pagamentos em uma nova forma, e uma para a qual a desvalorização poderia fornecer o remédio óbvio.” No final, o autor conclui: “uma contração do **emprego industrial é uma questão para preocupação se ele põe em risco nosso eventual poder para pagar as importações** de que precisamos. A perda de reservas ou o confisco de ativos no exterior poderia ter um efeito similar. A perda de potencial econômico é a questão crucial” (Cairncross, 1978, p.17).

- E “muito mais importante em uma economia *aberta*, o tão falado fenômeno da desindustrialização pode não ser mais do que um ajustamento normal das condições de mercado doméstico e mundial em mudanças. Nesse aspecto, um propósito importante deste artigo é argumentar que, em uma economia aberta, a questão se a **desindustrialização** pode em algum sentido ser considerada por envolver um ‘mau ajustamento’ estrutural **não pode ser propriamente considerada em termos das características da economia doméstica sozinha**” (Singh, 1977, p.134).
- “*Dado os níveis normais de outros componentes do balanço de pagamentos, podemos definir um setor manufatureiro eficiente* como aquele que (*corrente e potencialmente*) não somente satisfaz a demanda de consumo doméstica, mas também é capaz de **vender de modo suficiente seus produtos no exterior para pagar as necessidades de importações da nação**. Tal aspecto, no entanto, está sujeito a uma restrição importante, em que *um setor manufatureiro ‘eficiente’ deve ser capaz de alcançar esses objetivos em níveis socialmente aceitáveis de produção, emprego e taxa de câmbio*” (Singh, 1977, p.128, itálicos no original). Nesse sentido, “apesar do crescimento da produtividade, existe a evidência de que o setor manufatureiro do Reino Unido está se tornando crescentemente ineficiente. A evidência sugere um desequilíbrio estrutural, na medida em que a posição comercial do setor manufatureiro na economia mundial continua a deteriorar-se, apesar do aumento na competitividade em custo e em preço. **Desindustrialização é um sintoma ou uma consequência da ‘ineficiência’ ou do desequilíbrio, em vez de sua causa**” (ibidem, p. 134).
- “A desindustrialização é **definida como a intersecção de três conjuntos de fenômenos** que devem manifestar-se em conjunto, para ser legítimo falar de desindustrialização. Segundo essa definição, praticamente admitida por todos os interlocutores preocupados com o debate teórico a que o fenômeno deu origem, uma economia encontra-se em desindustrialização se: **durante um período de médio longo prazo** (uma década ou muitas décadas), manifesta-se uma **redução relativa do emprego e do valor adicionado em relação ao emprego e valor adicionado totais; redução acompanhada de dificuldades duradoras no equilíbrio das contas externas**” (Coriat, 1989, p.37, itálicos no original).

Autores brasileiros

- “Segundo Singh (1987), **desindustrialização é o declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional**” (Almeida et al., 2005, p.4). “A relação VTI/VBPI é um indicador de desindustrialização, quanto menor a relação **mais próximo o setor está de ser uma indústria ‘maquiladora’** que apenas junta componentes importados praticamente sem gerar valor” (ibidem, p.22).
- “Do ponto de vista dos setores da indústria geral, os indícios de desindustrialização de 1996 a 2004 podem ser apontados como: a) A queda na relação VTI/VBPI da indústria quase que ininterruptamente desde 1997. Essa relação indica quanto a produção nacional é intensiva em valor agregado gerado no país. Quanto **menor for essa relação menor o conteúdo nacional na produção interna e portanto maior a desindustrialização**” (Feijó; Carvalho, 2007, p.1).
- “Conforme discutido anteriormente, o tema da densidade é central para o debate da desindustrialização. [...] Em síntese, as **mudanças na densidade** [ou VTI/VBPI] **da indústria brasileira** no período 1996 e 2006 **apontam de forma inequívoca para um processo de desindustrialização**. Em primeiro lugar, tratou-se de um processo **generalizado de esvaziamento** produtivo, e não de um hipotético processo de especialização que compensaria a rarefação de algumas cadeias pelo adensamento de outras” (Comin, 2009, p.153, 158).
- “A motivação deste estudo é a contínua **redução da participação da indústria de transformação no PIB** da economia brasileira observada desde o início da década de 80, fato que configura uma desindustrialização precoce” (Marconi; Barbi, 2010, p.1).
- “A motivação deste estudo é avaliar o potencial processo de **desindustrialização precoce no Brasil, ou a redução da participação da manufatura no valor adicionado em um nível** de renda *per capita* que, segundo a literatura especializada, não justifica esse processo” (Marconi; Rocha, 2011, p 5).
- “Com efeito, uma vez aceita a definição usual de desindustrialização como **um processo pelo qual ocorre uma redução da participação do valor adicionado na indústria no PIB e/ou do emprego industrial no emprego total**, torna-se inquestionável que esse processo vem ocorrendo no Brasil, com maior ou menor intensidade, de forma linear ou não, desde o final da década de 1980” (Soares et al., 2011, p.3; Oreiro, 2011, p.27).

- “A desindustrialização pode ser definida como a **tendência de queda da relação entre o valor adicionado na indústria de transformação e o PIB**” (Gonçalves, 2011, p.2).
- “Apesar da aparente simplicidade, o conceito de desindustrialização não é unânime entre os analistas. Segundo uma linha de autores, a desindustrialização seria um fator negativo porque, identificado não apenas com a perda de importância relativa da indústria no PIB e no emprego total – que é o entendimento mais usual do termo, inclusive em termos internacionais – produz mudanças indesejáveis nas estruturas de exportação e produção dentro da indústria” (Bonelli, 2011, p.9).
- “Por fim, estudos recentes a respeito da composição do saldo comercial brasileiro e da composição do valor adicionado da indústria brasileira mostram sinais inquietantes da ocorrência de ‘doença holandesa’, ou seja, de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta da valorização dos preços das *commodities* e dos recursos naturais no mercado internacional” (Oreiro; Feijó, 2010, p.231).

Obs.: Os negritos que não foram explicitamente referenciados são nossos.

Fonte: Morceiro (2012, p. 44 a 47)

Mais do que apresentar uma quantidade ampla de conceitos, Morceiro nos oferece a possibilidade da comparação entre estes diversos autores, de sorte a podermos identificar similaridades e diferenças entre eles. Assim, concluímos a existência de três eixos centrais de preocupações, por parte dos autores. O primeiro trata a desindustrialização como queda no emprego; o segundo demonstra preocupação conjunta com a queda no emprego e na produção; e o terceiro trata da deterioração no saldo do balanço de pagamentos, mais precisamente o saldo comercial registrado na indústria de transformação. Vamos chamar esses três eixos de abordagem, respectivamente, como: ótica do emprego; ótica do produto; e ótica do comércio exterior.

O primeiro eixo se concentra na perda do emprego manufatureiro em termos relativos e/ou absolutos. O segundo eixo trata a desindustrialização como queda do emprego e também da produção, em termos absolutos e/ou em termos relativos. Os trabalhos reunidos nesse eixo são os de Tregenna (2009) (estudo já debatido neste capítulo), além de Chang (2010) e Singh (1987). Segundo Lourenço e Silva (2014a, p. 543), esses dois primeiros blocos de conceitos são os mais difundidos na literatura que se dedica ao estudo da desindustrialização, embora se possa garantir que há predomínio do primeiro bloco, no plano internacional. Finalmente, o terceiro eixo atribui ao comércio internacional posição com maior grau de importância do que a do emprego e do produto industriais. Isso porque, se o setor industrial de uma economia perder capacidade para fornecer ao país divisas requeridas para pagar as suas importações, ocorrerá restrição externa. E a contração da parcela de emprego industrial somente gera preocupação se ela colocar em risco a capacidade de um país conseguir custear suas importações, o que resulta em restrição externa.

Os pesquisadores alinhados a essa última proposta formam o grupo da "visão de Cambridge" (no Quadro 1, encontramos conceitos apresentados pelos seguintes autores: Singh, 1977; Cairncross, 1978; e Blackaby, 1978). Para eles, o olhar focado no emprego é inadequado porque nem sempre a queda na parcela do emprego industrial em relação a toda a economia representa uma ocorrência indesejada, especialmente se ela acontece devido a crescimento na produtividade industrial, gerado por incremento no uso do fator capital ou por mudança tecnológica, uma situação até mesmo desejada quando a economia opera a pleno emprego. Ainda, a queda no emprego industrial pode não guardar relação direta com a produção, uma vez que esta última pode apresentar crescimento, enquanto a primeira diminui. Vale registrar que, se para estudiosos que medem a desindustrialização a partir do nível de emprego, ela pode ter uma feição até mesmo positiva, para aqueles que a medem pelo eixo do comércio exterior, a sua feição será sempre negativa, devido à possibilidade da restrição ao crescimento econômico, seja ele real, seja ele potencial. Enfim, a desindustrialização, ao resultar em restrição externa para dada economia, em todos os momentos será uma ocorrência indesejada (MORCEIRO, 2012, p. 51 a 53).

Este terceiro eixo de abordagem para a desindustrialização, da ótica do comércio exterior, em muito se relaciona à visão prebischiana descrita no capítulo I. O economista argentino indicava como benefício mais importante a ser conseguido com a industrialização em economias periféricas a eliminação do déficit crônico no balanço de pagamentos, o qual funciona como limitador ao crescimento dessas economias. Se considerarmos a desindustrialização como geradora de restrição externa, estaremos fazendo analogia da sua consequência adversa com o benefício máximo que Prebisch via na industrialização.

CORIAT (1989) é um representante da "visão de Cambridge", e o único autor que considera igualmente importantes os três eixos (MORCEIRO, 2012, p. 47 e 48). Ele entende que a desindustrialização somente se caracteriza quando há interseção da ocorrência de redução relativa da parcela do emprego e do valor adicionado gerados pela indústria, em relação ao emprego total e ao valor adicionado total na economia. Além disso, deve haver dificuldades para se conseguir equilíbrio nas contas externas. E tais incidências deverão ser constatadas durante período de tempo que abrange, pelo menos, uma década de duração.

Em que pese não sabermos se Coriat se refere equilíbrio das contas externas com o saldo observado no agregado ou somente na indústria de transformação, optamos pelo saldo anotado apenas pela indústria de transformação. Isto porque o saldo no agregado poderia

mascarar a posição externa deficitária ou superavitária conseguida com as exportações de bens da indústria de transformação, que é nosso objeto de estudo.

Especificamente no Brasil, o debate predominante a respeito da desindustrialização se mantém orbitando próximo à questão que trata da variação do valor adicionado pela indústria situada em território nacional. Esta disposição difere daquela que é observada no debate internacional, que guarda proximidade com a abordagem calcada no emprego. Apesar desse alinhamento, no Brasil não empregamos conceito único para a desindustrialização. A exemplo do que fazem autores estrangeiros, os nacionais também lançam mão de variados conceitos, conforme se pode constatar no Quadro 1. Lourenço e Silva (2014a, p. 534) são taxativos e afirmam que, no Brasil, "[...] nenhum trabalho se atentou a esclarecer de forma mais aprofundada o conceito de desindustrialização e suas causas".

Nesta seção, fizemos breve revisão do assunto desindustrialização, de modo a contribuirmos para o debate e gerarmos base de referência para ser empregada no próximo capítulo. Pelo que observamos, o debate a respeito do conceito de desindustrialização é um processo em fase de construção, e isto vale para o plano internacional e para o Brasil.

Ao finalizarmos o presente capítulo, registramos alguns pontos. Pelo que vimos, não se pode afirmar a existência de caminho natural seguido por todos países, na busca por desenvolvimento. Além disto, é possível agrupar os variados conceitos para desindustrialização sob três distintas óticas: do emprego; do produto; e do comércio exterior. Ainda que a ótica do comércio exterior seja, de maneira isolada, a que se relaciona com o benefício mais importante contido na proposta prebischiana de defesa da industrialização - a eliminação da restrição externa observada quando uma economia periférica cresce ano após ano - outros benefícios podem ser avaliados com as duas primeiras óticas. A absorção da mão de obra abundante, e a atuação da indústria de transformação como motor do crescimento são dois desses benefícios. Por isso, faremos avaliação com uso das três óticas.

CAPÍTULO III - BRASIL: DA INDUSTRIALIZAÇÃO À POSSÍVEL DESINDUSTRIALIZAÇÃO, NO SÉCULO XXI

Ao longo do século XX, a economia brasileira conseguiu elevar seu grau de industrialização de maneira exitosa, mas não plena, uma vez que não chegamos a atingir patamar de país desenvolvido, com economia dotada de parque industrial capacitado a realizar pesquisas e a desenvolver produtos com tecnologia de ponta, exceto em poucos segmentos. O processo se deu com maior expressão a partir da década de 1930, mas já marcava sua existência em décadas anteriores, desde o final do século XIX.

A partir do desmonte do Estado desenvolvimentista sob um sistema internacional baseado na globalização, a abertura crescente do mercado interno, a inserção da produção nacional em cadeias globais de valor, e a estabilidade da moeda nacional afetaram diretamente a indústria brasileira. O mercado interno passou a estar menos protegido em relação a produtos importados, enquanto o preço em moeda nacional destes mesmos itens importados apresentava estabilidade. E esse novo cenário gerou aumento da concorrência enfrentada pela indústria nacional.

O resultado é que a participação do setor secundário na economia brasileira apresentou sinais de redução nos últimos anos, após longo período de elevação. Atualmente, o debate em torno da desindustrialização se mantém presente na academia e na mídia, mas as conclusões apresentadas por diferentes estudiosos não são propriamente as mesmas, até porque, conforme nos lembra Morceiro (2012, p. 57), "[...] há vários modos de definir e medir a desindustrialização, e, dependendo da abordagem, o diagnóstico pode ser distinto.". Enfim, a grande questão que se coloca, e para a qual não temos resposta conclusiva, é se a economia brasileira enfrenta, ou não, processo de desindustrialização a partir de 2000.

A fim de contribuirmos com a busca da resposta à questão apresentada, o presente capítulo está dividido em três seções. Inicialmente, veremos um resumo da trajetória da industrialização no Brasil; depois, apresentaremos o quadro da revisão bibliográfica conduzida por PRADO (2014), no qual confirmamos não haver consenso em relação à

existência de desindustrialização no Brasil; finalmente, verificaremos a possível desindustrialização no Brasil, a partir do século XXI, com uma tentativa de avaliação sob as três óticas indicadas no capítulo II.

III.1) Pequeno histórico da trajetória da industrialização no Brasil

Desde meados do século XIX até 1913, o desempenho do setor exportador da economia brasileira guardou relação direta com o investimento anotado na indústria de transformação nacional. No intervalo de tempo que abrange a Primeira Guerra Mundial até 1929, essa relação se deu de maneira mais tênue, embora ainda tenha continuado a existir. Em outras palavras, se as exportações brasileiras iam bem, a indústria recebia capital para investimento. Todavia, no decorrer da década de 1930, esse vínculo foi interrompido, devido à Grande Depressão. Tal descontinuidade resultou na mudança do principal determinante para a acumulação do capital que fomentava a industrialização. A partir daquela década, a indústria de transformação passaria a encontrar na crescente renda interna gerada com atividades econômicas que tinham como demandante o mercado interno a sua fonte de capital para progressão.¹⁷ Esse processo foi o que podemos chamar de deslocamento do mercado externo para o mercado interno como indutor do desenvolvimento da indústria brasileira de transformação¹⁸ (SUZIGAN, 1986, p. 345 e 346).

O crescimento anotado pela indústria brasileira até a Primeira Guerra Mundial se deu por meio da confecção de itens básicos. O setor exportador se expandiu e, assim, gerou espaço para a produção de insumos, beneficiamento de alguns produtos básicos da nossa pauta de exportações, e ampliação da infra-estrutura. Nas décadas de 1900 e 1910, novas indústrias se dedicaram a atender necessidades da nascente indústria de transformação, e fabricavam sacos, garrafas, latas, equipamentos têxteis e pequenos motores. O desenrolar da guerra implicou escassez de matérias-primas e insumos, o que induziu maior diversidade na produção nacional, gerando oportunidade para se fabricar celulose, aço, cimento, produtos

¹⁷ O estoque real de moeda também teria peso na explicação do investimento da indústria de transformação nacional. Segundo SUZIGAN (1986, p. 346), a receita de exportações brasileiras e o estoque real de moeda responderam por 80% do investimento na indústria de transformação, até 1914, caindo para 69% entre 1914 e 1929, para ficar em somente 33% na década de 1930.

¹⁸ Furtado também apresenta entendimento similar. Nesse sentido, aquele economista assevera: "[...] o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem dúvida, o mercado interno." (FURTADO, 2007, p. 278)

químicos, máquinas e equipamentos. Na década de 1930, houve um ponto de inflexão na nossa trajetória de desenvolvimento industrial, com a chamada industrialização por substituição de importações (ISI) (SUZIGAN, 1986, p. 346 a 348 e 352). A ISI ganhou consistência e progrediu no Brasil de forma praticamente independente do mal desempenho das exportações, em um cenário de depressão na economia mundial.

FURTADO (2007, p. 279) assim explica as condições que propiciaram a instalação de indústrias de bens de capital no Brasil, ao longo do processo de ISI levado a termo a partir da Grande Depressão:

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital.

Se a demanda por bens de capital crescia enquanto as divisas eram escassas, a solução para tal problema foi encontrada na produção nacional. Inclusive, algumas indústrias se instalaram no Brasil após encerrarem atividades em países que haviam sido mais profundamente afetados pela crise mundial (FURTADO, 2007, p. 279 e 280).

Conforme se pode notar, a industrialização no Brasil conseguiu progredir dedicando sua produção para atendimento do mercado interno, em meio à severa restrição de importações que o país enfrentava por falta de divisas, uma adversidade existente devido à crise no setor exportador, motivada pela Grande Depressão. Além disso, a política econômica adotada pelo governo, com políticas monetária e fiscal pouco restritivas, também favoreceu o setor manufatureiro.¹⁹ Todavia, uma vez que a base de partida e a velocidade da industrialização não fossem tão elevadas, ainda que a necessidade de novas fábricas se mostrasse crescente, nas décadas de 1930 e 1940 a economia brasileira se manteve baseada no setor primário. Vale notar um importante marco desta segunda década: a criação da CSN,²⁰ inaugurada em 1941, que capacitava a indústria nacional para o fornecimento de produtos como trilhos e chapas de aço para outras indústrias situadas no território nacional.

Na década de 1950, o processo de ISI ganhou musculatura e a industrialização se expandiu com maior intensidade. A fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento

¹⁹ Conforme tratado de modo generalizado, na seção I.1.

²⁰ Acontecimento também tratado na seção I.1

Econômico e Social (BNDES),²¹ em 1952, e da PETROBRAS, em 1953, são símbolos que servem para mostrar que o governo federal dava amplo apoio ao processo de ISI.²² O Programa de Metas (PM) do presidente Juscelino Kubistcheck (1956-1960) gerou boas condições para que se intensificasse a ISI, principalmente com a produção de bens de consumo duráveis e o ataque a pontos de estrangulamento na economia, e o que se conseguiu atingir foi um expressivo ciclo de expansão industrial.

Ao longo de mais da metade da década de 1960 observou-se uma pausa no avanço da produção industrial brasileira, em meio à queda no investimento, o que se refletiu na queda da taxa de crescimento do PIB. Segundo Tavares e Belluzzo, essa queda se deveu "à natureza desequilibrada da estrutura de crescimento industrial" (TAVARES e BELLUZZO, 1979, p. 7), fruto de instabilidade nas taxas de crescimento dos setores líderes (de bens de capital e bens de consumo duradouro) e do esgotamento da fase de expansão conseguida até aqueles anos. Todavia, a partir de 1968, a economia brasileira voltou a crescer. Com uso da capacidade instalada com o PM, ajustes promovidos com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), medidas expansionistas de ampliação do crédito e aumento do investimento público, e um cenário internacional favorável, entramos no ciclo que se tornou conhecido como "milagre econômico" (1968-1973).

O setor industrial se viu beneficiado durante o "milagre econômico" e em meados da década de 1970 a indústria instalada no Brasil atuava como principal responsável pelo crescimento da nossa economia. Todavia, alguns problemas se consolidaram a partir do milagre: economia praticamente na condição de pleno emprego, inflação com viés de alta, e déficit na balança comercial. Some-se a isto a crise internacional vivenciada com o fim dos anos dourados do capitalismo.²³ Diante deste cenário, o governo implementou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1974-1979), cujo foco se mantinha concentrado nas indústrias de base²⁴ e levou o país a conseguir exportar *commodities* industriais. A Tabela 2 nos mostra que o índice de crescimento da indústria esteve acima do índice de crescimento do PIB por treze anos consecutivos, de 1968 a 1980, exceto em 1975 e 1977.

²¹ Fundado como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, assimilou preocupações sociais à política de desenvolvimento, e em 1982 passou a se chamar BNDES.

²² Em 1954, também tivemos a proposta de criação da ELETROBRAS, cuja instalação só ocorreria em 1962.

²³ Período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial até a Primeira Crise do Petróleo, em 1973.

²⁴ Indústrias cuja produção se destina a outras indústrias. Entre elas, citamos por exemplo energia, siderurgia, metalurgia, celulose, papel, cimento.

TABELA 2

Taxa de variação anual do PIB e do PIB da indústria no Brasil - 1968 a 1980
(valores em porcentagem)

Ano	PIB	Indústria
1968	9,8	14,2*
1969	9,5	11,2*
1970	10,4	11,9*
1971	11,3	11,8
1972	11,9	14,2
1973	14	17
1974	8,2	8,5
1975	5,2	4,9
1976	10,3	11,7
1977	4,9	3,1
1978	5	6,4
1979	6,8	6,8
1980	9,3	9,3

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE (Sistema de Contas Nacionais Consolidadas)

* Este valor inclui somente o percentual da indústria de transformação.

Conforme aponta PRADO (2014, p. 53), o II PND apresentou fôlego relativamente curto, no tocante ao crescimento econômico,²⁵ mas sob o ponto de vista do desenvolvimento industrial, até que promoveu diversificação, pois os segmentos industriais aqui existentes conseguiram ampliar as suas capacidades instaladas. Todavia, a crise da dívida deflagrada com a moratória mexicana, em 1982, resultou na década perdida que afetou não somente o Brasil, mas a América Latina como um todo.

Ainda segundo o mesmo autor, as medidas para superação da crise implicaram consequências negativas para a indústria residente em território nacional. Desde a desvalorização cambial, que resultou em escalada inflacionária e perda de poder aquisitivo para a população, até o freio no crescimento da economia brasileira, que reduziu a demanda interna. Além disto, precisávamos de divisas, que deveriam ser obtidas com exportações.²⁶ Uma vez que a nossa produção industrial estava mais voltada ao mercado interno, maior

²⁵ De fato, no ano de 1981, a variação do PIB se deu com redução da ordem de 4,3%, ao passo que a indústria recuou sua produção em 8,8%. Fonte: IBGE.

²⁶ A demanda por divisas era gerada, basicamente, por necessidade do pagamento do serviço da dívida, em meio a um cenário internacional de redução do fluxo de capitais para refinanciamento de dívidas que venciam no curto prazo.

atenção se deu para o setor primário da economia, e essa escolha deixou a indústria em segundo plano (PRADO, 2014, p. 54).

Enfim, a industrialização no Brasil esteve concentrada no intervalo de tempo compreendido entre as décadas de 1930 e 1980, e com maior intensidade a partir dos anos 1950. Embora durante alguns anos ela tenha sido notada com maior ou menor intensidade, foi possível observar uma relativa constância na fisionomia dessa trajetória. O resultado disto foi que a indústria de transformação passou a liderar o crescimento agregado da economia. Entretanto, após a segunda metade da década de 1980, a indústria de transformação e a economia brasileira em geral apresentaram taxas de crescimento que ficaram entre as mais baixas, no mundo. Segundo Morceiro (2012, p. 12), a inflação galopante, a agenda neoliberal de reformas econômicas, e as medidas para se conter a inflação montaram um quadro de profundas alterações estruturais. Com esse quadro, temos o debate a respeito da desindustrialização (ou não) da nossa economia.

III.2) Desindustrialização no Brasil: um debate em aberto

Dissemos no início deste capítulo que as conclusões a respeito de uma possível desindustrialização dependem da abordagem que se emprega nos estudos realizados. Se os pesquisadores adotarem distintos conceitos para o que vem a ser desindustrialização, os seus trabalhos serão desenvolvidos com base em variadas percepções, o que, em geral, requer o emprego de medidores diferentes. O resultado disso tudo, certamente, será uma variada quantidade de conclusões, dificilmente iguais entre si, e que, no máximo, poderão ser agrupadas de acordo com algum critério de similaridade.

Neste sentido, no capítulo 2 da sua dissertação de mestrado em economia, sob perspectiva de uma revisão bibliográfica, Prado (2014) apresentou debate a partir da visão de diversos autores que estudam a possível existência de processo de desindustrialização, no Brasil. São trabalhos atuais, todos publicados no século XXI,²⁷ e esta é uma situação esperada, pois "[A] [a]té meados dos anos 2000 inexistiam trabalhos específicos no Brasil sobre o tema desindustrialização." (MORCEIRO, 2012, p. 82).

²⁷ O mais antigo deles é do ano de 2005, enquanto o mais recente foi publicado em 2012.

Ao final do capítulo, Prado aglutinou o posicionamento assumido por cada um dos autores, em um painel no qual reuniu, primeiramente, o grupo que nega a existência de desindustrialização, para depois nos mostrar os autores que afirmam a existência deste fenômeno, na economia brasileira. O Quadro 2, a seguir, reproduz o trabalho organizado pelo autor.

QUADRO 2

Síntese da revisão bibliográfica

Autor	Posicionamento	Consideração
Nassif (2008)	Não há desindustrialização.	O período em que houve a perda relativa da participação da produção industrial no PIB deve a ser atribuída a um contexto de estagnação econômica e inflação elevada.
Barros & Pereira (2008)	Não há desindustrialização.	Reconhece que alguns setores industriais diminuíram suas participações, mas devido a uma reestruturação industrial, que não tem relação com desindustrialização nos moldes dos países que passaram por este processo.
Bonelli & Pessoa (2010)	Não há desindustrialização.	Parte da queda da participação relativa no PIB se deve à ilusão estatística. Também o Brasil estava sobreindustrializado, a reestruturação corrigiu esta distorção. Não houve redução no emprego industrial.
Schwarstsman (2008)	Não há desindustrialização.	Entre 2004 e 2008, a indústria cresceu a uma média de 5%. A perda da participação de manufaturados na pauta exportadora é atribuída ao aumento de produtos primários cujos preços internacionais se mantiveram elevados, não houve redução absoluta das exportações industriais.
Almeida M. (2009)	Não há desindustrialização.	De 2000 a 2011, as exportações de manufaturados triplicaram. A geração de empregos formais cresceu em 23 dos 25 segmentos analisados.
Almeida J. (2005)	Sim, existe desindustrialização.	No caso, precoce. A indústria Brasileira cresce menos que nos demais países emergentes e internamente cresce menos que os demais setores.
Feijó e Carvalho (2007)	Sim, existe desindustrialização.	No caso, precoce. A perda da participação da indústria no PIB é irrefutavelmente grande. O indicador VTI/VBPI tem apresentado sucessivas reduções, tido como agravante do processo.
Comim (2009)	Sim, existe desindustrialização.	No caso, precoce. As cadeias produtivas se tornaram menos densas e mais rarefeitas, caracterizando um esvaziamento produtivo. As indústrias passaram a importar mais insumos para produção. A indústria também se tornou mais pobre devido à perda consistente de participação das indústrias de alta e média alta tecnologia.
Oureiro e Feijó (2010)	Sim, existe desindustrialização. No caso, precoce.	Reprimarização da pauta exportadora, mostra indícios de desindustrialização.

Ricupero (2005)	Sim, existe desindustrialização.	A perda da participação da indústria se deve ao fato da mudança do modelo de desenvolvimento que era voltado ao processo de substituição de importações para um modelo de cunho liberal.
Nakabaschi (2007)	Sim, existe desindustrialização.	No caso, precoce. Houve forte crescimento do emprego no setor de serviços, porém, com empregos de remuneração inferior ao industrial, a desindustrialização, nesse caso, pode ser considerada negativa.
Pereira e Marconi (2010)	Sim, existe desindustrialização.	No caso, precoce. A retirada da proteção, em 1992, e a elevação dos preços das commodities brasileiras, em 2002, podem ter causado doença holandesa no Brasil.
Cano (2012)	Sim, existe desindustrialização. No caso, precoce.	Trilogia insana macroeconômica, combinação de taxa de juros elevada, taxa de câmbio sobre valorizada e pesada carga fiscal fizeram a indústria nacional diminuir de tamanho na última década.

Fonte: PRADO (2014, p. 75 e 76).

Como se pode verificar, o total de estudos que nega a existência de processo de desindustrialização perante o total de estudos que aceita a existência daquele fenômeno dá um placar de cinco contra sete. No entanto, esta é uma simples constatação, um fato que não permite por si qualquer conclusão. Por este motivo, o que nos parece interessante no Quadro 2 é a possibilidade de confirmar a percepção de que o debate no Brasil do século XXI não encontrou um ponto único, e contém certa dose de polêmica. Segundo palavras de Prado (2014, p. 74), "[...] a discussão está plenamente aberta, com muitos autores afirmando que não existe desindustrialização no Brasil e outros afirmando que o processo de desindustrialização é evidente, senão absoluta, ao menos relativa." A fim de contribuir com o debate, apresentaremos na próxima seção a nossa tentativa de avaliação, montada com base nos três eixos discutidos no capítulo II da presente monografia.

III.3) Tentativa de avaliação da possível desindustrialização no Brasil do século XXI

O debate a respeito da possível desindustrialização no Brasil ganhou mais expressão a desde meados da década de 2000. Até então, o assunto em pauta era a reestruturação da indústria residente no território nacional, devido à implementação de medidas liberalizantes a partir do ocaso do Estado desenvolvimentista e da adoção de propostas trazidas por meio do

Consenso de Washington, com o propósito de se superar a crise econômica vivenciada ao longo da década de 1980.

Nesta monografia não temos a pretensão de estabelecer marco definitivo na avaliação da economia brasileira, no tocante a uma possível desindustrialização. Ao contrário, nosso objetivo geral é, a partir de uma tentativa de avaliação, contribuir para o debate conduzido a respeito deste assunto.

Por isto, vamos aplicar avaliação conduzida a partir de dados de séries históricas oficiais com recorte temporal iniciado no ano 2000, e lançar mão das três óticas identificadas no capítulo II: ótica do emprego, ótica do produto, e ótica do comércio exterior. O recorte temporal aplicado assim será feito porque somente no século atual é que os estudos a respeito da possível desindustrialização no Brasil se acumularam em maior volume, conforme citado por mais de uma vez, na presente monografia. Além disto, no século atual as consequências das alterações introduzidas nos anos 1980 e 1990 podem ser melhor observadas, já que as mudanças em qualquer sistema requerem tempo até atingirem maturidade.

A escolha pelo uso dos três eixos foi feita com o intuito de darmos consistência à nossa tentativa de avaliação. O conceito de CORIAT, contido no Quadro 1, comporta esses três eixos, e será utilizado como base. Vamos repetir o conceito:

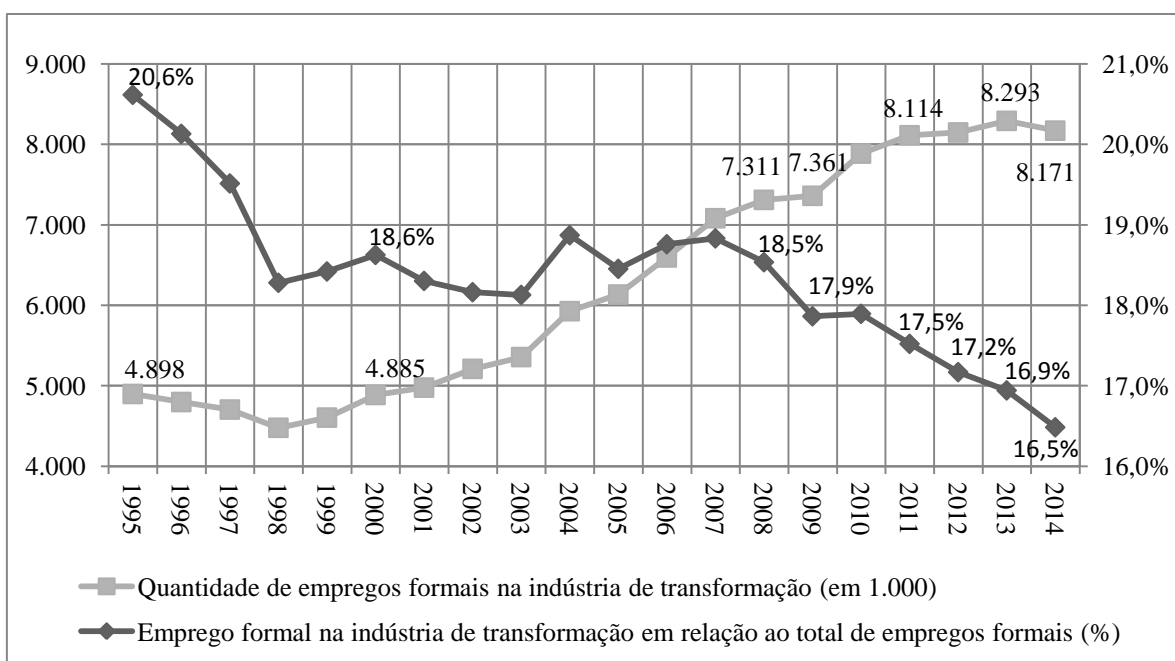
“A desindustrialização é **definida como a intersecção de três conjuntos de fenômenos** que devem manifestar-se em conjunto, para ser legítimo falar de desindustrialização. Segundo essa definição, praticamente admitida por todos os interlocutores preocupados com o debate teórico a que o fenômeno deu origem, uma economia encontra-se em desindustrialização se: **durante um período de médio longo prazo** (uma década ou muitas décadas), manifesta-se uma **redução relativa do emprego e do valor adicionado em relação ao emprego e valor adicionado totais; redução acompanhada de dificuldades duradoras no equilíbrio das contas externas**” (Coriat, 1989, p.37, *apud* Morceiro, 2012, p. 46, itálicos no original).

Inicialmente, abordamos a possível desindustrialização no Brasil sob a ótica do emprego. Para tal, utilizamos a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que funciona como vetor de dados utilizados por mais de um ministério, e de acordo com o Decreto nº 76.900 de 23/12/75, é “[...] preenchida pelas empresas, contendo elementos destinados a suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais da área social.”. Como se pode notar, a RAIS acolhe dados relativos ao emprego formal, no nosso país.

As consultas foram realizadas no Anuário Estatístico RAIS, na página do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O anuário apresenta o total de vínculos trabalhistas existentes em 31 de dezembro de cada ano, os quais podem ser agrupados sob diferentes critérios, e esta condição permite produzir distintos relatórios. Nesta monografia utilizamos o critério de setores,²⁸ com foco no setor "indústria de transformação", o que nos possibilitou a confecção do Gráfico 1.

GRÁFICO 1

Evolução anual do emprego formal da indústria de transformação brasileira, em número de empregados (milhares) e em relação ao emprego formal total (porcentagem) – 1995 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS do MTE.

Nota: Eixos verticais começam em 4.000 e 16%, respectivamente.

A partir do ano 2000, é possível notar o delineamento de distintas tendências, em cada uma das linhas. De acordo com a definição adotada, a evolução da participação relativa do emprego na indústria de transformação é mais importante do que a evolução do montante de empregos, mas esta segunda sequência de dados serve como complemento à primeira.

²⁸ Os setores são os seguintes: de extração mineral, de serviços industriais e utilidade pública, de construção civil, de comércio, de serviços, de administração pública, de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, além de indústria de transformação. Desde o ano de 2004 não se observam empregos que não receberam classificação.

A quantidade de empregos formais cresceu ano após ano, até 2011, e marcou a sua menor variação naquele intervalo de tempo quando houve elevação de 50.000 postos formais de trabalho, de 2008 para 2009. Vale ressaltar que estes foram os primeiros anos de enfrentamento de problemas deflagrados com a crise do *subprime*, nos EUA. Entre 2011 e 2014, a quantidade de empregos formais pouco cresceu, uma vez que se registrou elevação de 57.000 postos naquelas três anos. Ou seja, o crescimento de postos de emprego nesse último triênio ficou algo próximo à pior variação registrada de ano a ano, entre 2000 e 2010. Além disto, de 2013 para 2014 houve redução no número absoluto de empregos na indústria de transformação, ocorrência que não se registrava desde 1998.

Por seu turno, a linha que mostra a participação do emprego formal da indústria de transformação em relação ao emprego formal total mostra períodos de piora e de melhora no índice, entre 2000 e 2008, quando os valores mínimo e máximo oscilaram de 18,1% a 18,9%. Em 2009, ocorreu queda para 17,9%, índice mantido em 2010, e a partir de 2011, seguidas quedas foram anotadas.

Se compararmos o ano de 2008 com o último ano do nosso recorte temporal (2014), vamos constatar que a indústria de transformação reduziu sua participação no emprego formal do país em 2,0%, ao cair de 18,5% para 16,5%. Entretanto, a situação nos parece ainda mais preocupante, já que esses 2,0% de queda representam redução proporcional de 10,8%, do índice de 2008 para o índice de 2014.

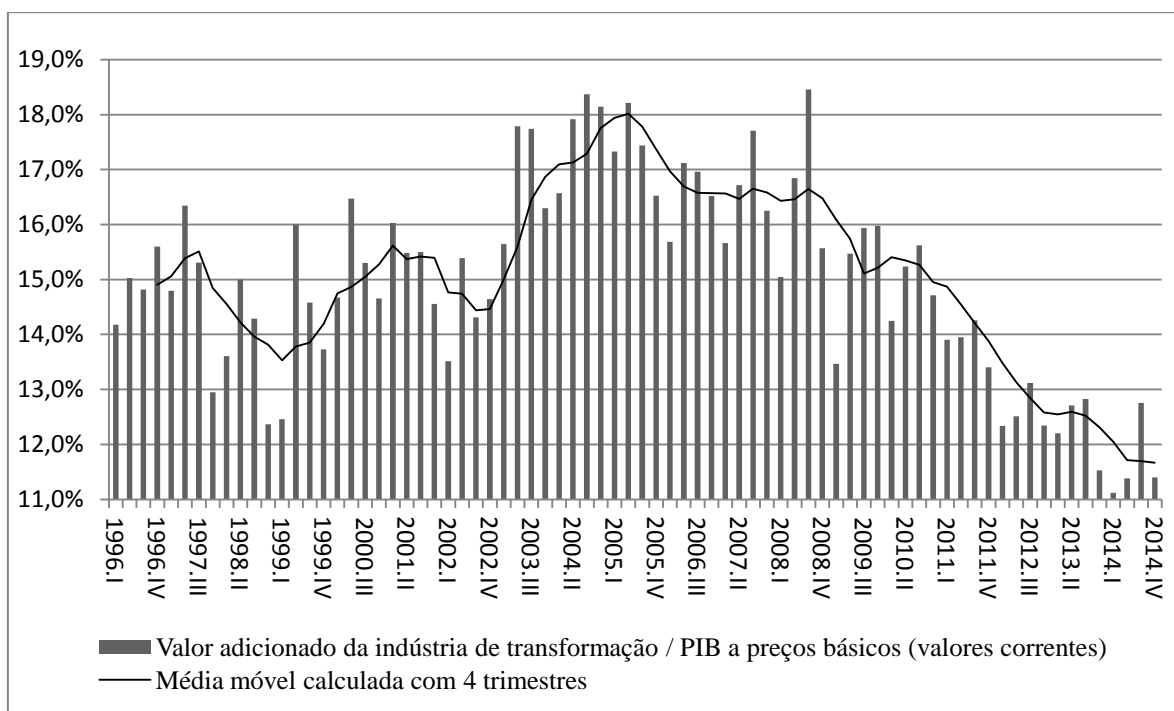
Entendemos, portanto, que sob a ótica do emprego a desindustrialização no Brasil está prestes a se efetivar, caso não ocorra mudança na situação observada, uma vez que a participação relativa do emprego formal da indústria de transformação apresenta viés de queda desde 2009, até 2014. Além disso, a redução observada desde 2011 na criação de empregos formais da indústria de transformação e a queda do número absoluto destes empregos, de 2013 para 2014, reforçam a percepção de um cenário ruim. Vejamos, a partir de agora, a ótica do produto.

Para a ótica do produto, vamos utilizar dados das contas nacionais trimestrais obtidos na página do IBGE. A ideia é verificar o delineamento da participação do valor adicionado da indústria de transformação no valor adicionado total (PIB a preços básicos), a partir de 2000. Relembramos que durante os períodos de industrialização esse índice tende a crescer, e tende a diminuir em períodos de desindustrialização.

O Gráfico 2 foi preparado com base em valores correntes, e a inclusão de uma média móvel com quatro trimestres se presta para amenizar o impacto dos eventuais picos e depressões registradas, ocorrências observadas com mais frequência, quando se trabalha com dados trimestrais.

GRÁFICO 2

Evolução trimestral do valor adicionado da indústria de transformação em relação ao PIB a preços básicos (valor adicionado total), com valores correntes (porcentagem) – 1996 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Contas Nacionais Trimestrais do IBGE

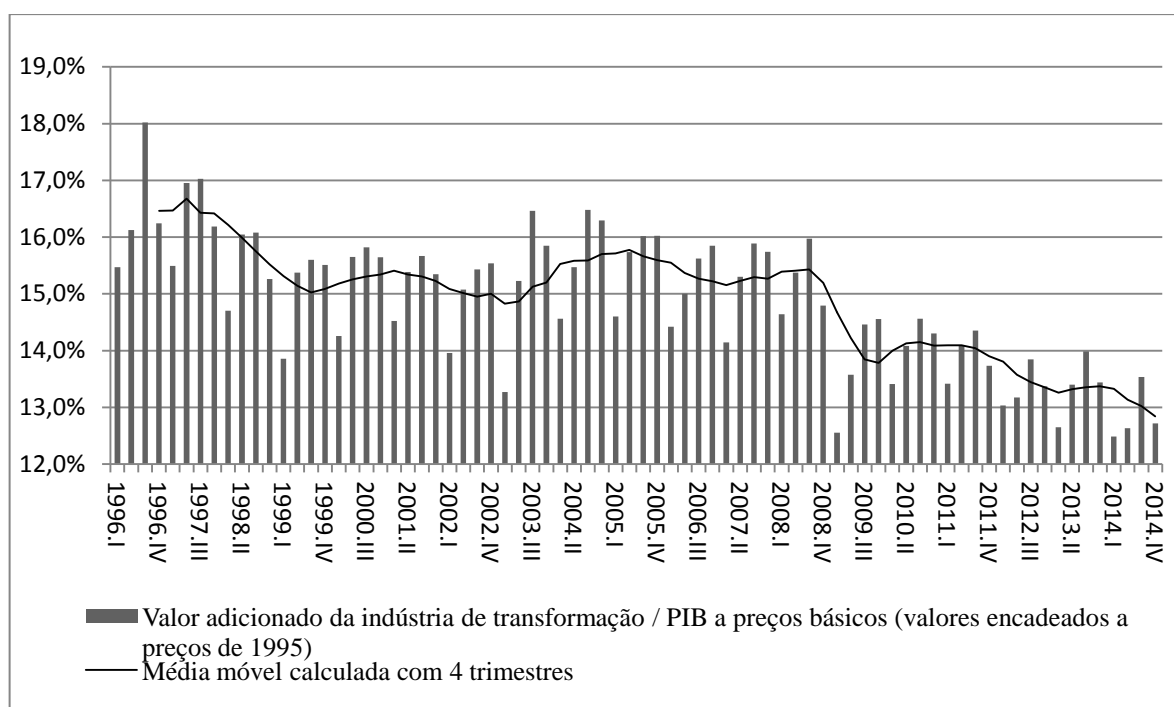
Nota: Eixo vertical começa em 11%

Quando observamos a linha da média móvel do Gráfico 2, é possível notar que a participação do valor adicionado da indústria de transformação sobre o PIB a preços básicos cresceu a partir de 2000, mas em 2002 retornou para o mesmo patamar de dois anos antes. A partir de 2003, tornou a registrar elevação, que durou até o ano de 2005. Desde então, o índice combina quedas com manutenção de patamar, e as eventuais elevações se dão durante períodos curtos, sendo que a partir de 2009 a curva se mostrou praticamente descendente. Se no terceiro trimestre de 2008 o percentual era de 18,5%, no semestre correlato, do ano de 2014, havia diminuído para 12,8%. Desde 2011 estamos com índice abaixo do que era verificado em 2000.

Montamos outro gráfico, similar ao Gráfico 2, mas com o uso dos valores encadeados a preços de 1995. Devido ao mesmo motivo que nos levou a usar média móvel no Gráfico 2, também incluímos linha com média móvel calculada para quatro trimestres, no Gráfico 3.

GRÁFICO 3

Evolução trimestral do valor adicionado da indústria de transformação em relação ao PIB a preços básicos (valor adicionado total), com valores encadeados a preços básicos de 1995 (porcentagem) – 1996 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Contas Nacionais Trimestrais do IBGE

Nota: Eixo vertical começa em 12%

Quando observamos a linha da média móvel do Gráfico 3, conseguimos notar duas tendências: uma que mostra períodos de piora e de retomada no índice, entre 2000 e 2008, e outra que revela momentos de queda combinados com intervalos de manutenção de patamar, de 2009 a 2014. Se no terceiro trimestre de 2008 o percentual registrado era de 16%, no trimestre correlato do ano de 2014, ele havia diminuído para 13,5%. Portanto, essa queda é menos notável do que a queda observada no Gráfico 2, para este mesmo intervalo de tempo. Além disto, desde 2009 observamos índice abaixo do que foi verificado em 2000.

Também a participação do valor adicionado da indústria de transformação sobre o valor adicionado por toda a indústria encontra-se em queda desde 2010, se tomamos como base

uma série montada com preços correntes, e desde 2009, se usamos valores encadeados a preços de 1995.²⁹ Esse índice não faz parte das variáveis contidas no conceito adotado nessa monografia, entretanto, não deixa de reforçar a percepção de que a desindustrialização está no caminho de se tornar efetiva, na economia brasileira. Afinal, é mais uma oportunidade em que comprovamos a perda de participação do valor adicionado da indústria de transformação. Neste caso, a diferença para o índice empregado nos Gráficos 2 e 3 é que o total usado como base passou a ser o valor adicionado somente pela indústria.³⁰

Com as observações apresentadas para abordagem pela ótica do produto, tanto com valores correntes quanto com valores encadeados a preços de 1995, entendemos que a desindustrialização no Brasil está no caminho de se configurar, caso não ocorra mudança na situação observada no momento atual. Desde 2009 acumulamos queda praticamente contínua na participação do valor adicionado da indústria de transformação sobre o PIB a preços básicos, quer com o uso de valores correntes quer com o uso de preços encadeados a preços básicos de 1995. Além disto, desde 2011 este percentual está abaixo do que foi registrado em 2000, se usamos série com valores correntes; se usamos série com valores encadeados a preços de 1995, a situação se revela ainda pior, pois desde 2009 o percentual se coloca abaixo do percentual registrado em 2000. Como lembra Morceiro, essa queda é ainda mais preocupante quando constatada com base em valores constantes, pois se coloca destoante "[...] da tendência histórica do desenvolvimento econômico mundial" (MORCEIRO, 2012, p. 105).

Vamos para a terceira e última abordagem, sob a ótica do comércio exterior. O comércio internacional cresceu com a globalização observada desde o final do século XX, uma vez que ela proporcionou melhora acentuada nas comunicações devido à evolução conseguida com o cada vez mais amplo acesso à tecnologia, além de redução no valor do frete praticado entre países por causa do menor custo do transporte, resultando em aumento das rotas comerciais. Neste sentido, além das tradicionais trocas realizadas com produtos completamente prontos, houve espaço para a divisão da produção industrial em cadeias globais de valor pulverizadas por mais de um país. O propósito dessa divisão é a busca por menores custos de produção.

Mas a questão central que se coloca desde antes da globalização, e ainda mais nesse cenário de aumento do comércio internacional, é que as importações de alguns países podem

²⁹ Os cálculos que dão respaldo para tais assertivas não foram apresentados em qualquer dos gráficos contidos nesta monografia.

³⁰ O total da produção industrial aglutina quatro subsetores: a extração mineral, a construção civil, a produção de serviços industriais de utilidade pública, além da própria indústria manufatureira ou de transformação.

totalizar montante superior ao das suas exportações, gerando déficit comercial. E a indústria de transformação tem a sua parcela de participação nessas relações comerciais. No caso do Brasil, pretendemos saber se a balança comercial da indústria de transformação registra saldo positivo ou negativo. E se este saldo for negativo, queremos saber se ele é capaz de provocar a restrição externa ao crescimento da economia do país, conforme explicado no capítulo I, sob a ótica de Prebisch. Para tal, acompanharemos o saldo total da balança comercial brasileira e o saldo da balança comercial formado somente com produtos manufaturados.

TABELA 3

Exportações, importações e saldo comercial do Brasil (milhões de US\$) – 1996 a 2014

Ano	Exportações		Importações		Saldo Comercial	
	Manufaturados	Total	Manufaturados	Total	Manufaturados	Total
1996	40.790	47.747	46.122	53.346	-5.532	-5.599
1997	43.247	52.986	53.392	59.840	-10.145	-6.855
1998	41.834	51.120	52.359	57.714	-10.525	-6.595
1999	39.720	48.013	44.478	49.302	-4.758	-1.289
2000	46.116	55.119	49.714	55.851	-3.598	-732
2001	48.044	58.287	49.533	55.602	-1.489	2.685
2002	49.118	60.439	40.968	47.243	8.150	13.196
2003	59.109	73.203	40.964	48.326	18.145	24.878
2004	78.216	96.678	52.087	62.836	26.129	33.842
2005	94.816	118.529	61.212	73.600	33.604	44.929
2006	107.810	137.808	75.639	91.343	32.171	46.465
2007	122.525	160.649	100.780	120.621	21.745	40.028
2008	141.484	197.942	144.061	172.985	-2.577	24.958
2009	106.540	152.995	110.685	127.722	-4.145	25.272
2010	129.302	201.915	159.945	181.761	-30.643	20.155
2011	153.947	256.040	197.530	226.243	-43.583	29.796
2012	151.146	242.578	195.439	223.184	-44.293	19.395
2013	151.940	242.034	206.437	239.649	-54.497	2.384
2014	138.765	225.101	197.705	229.137	-58.940	-4.036

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da FUNCEX.

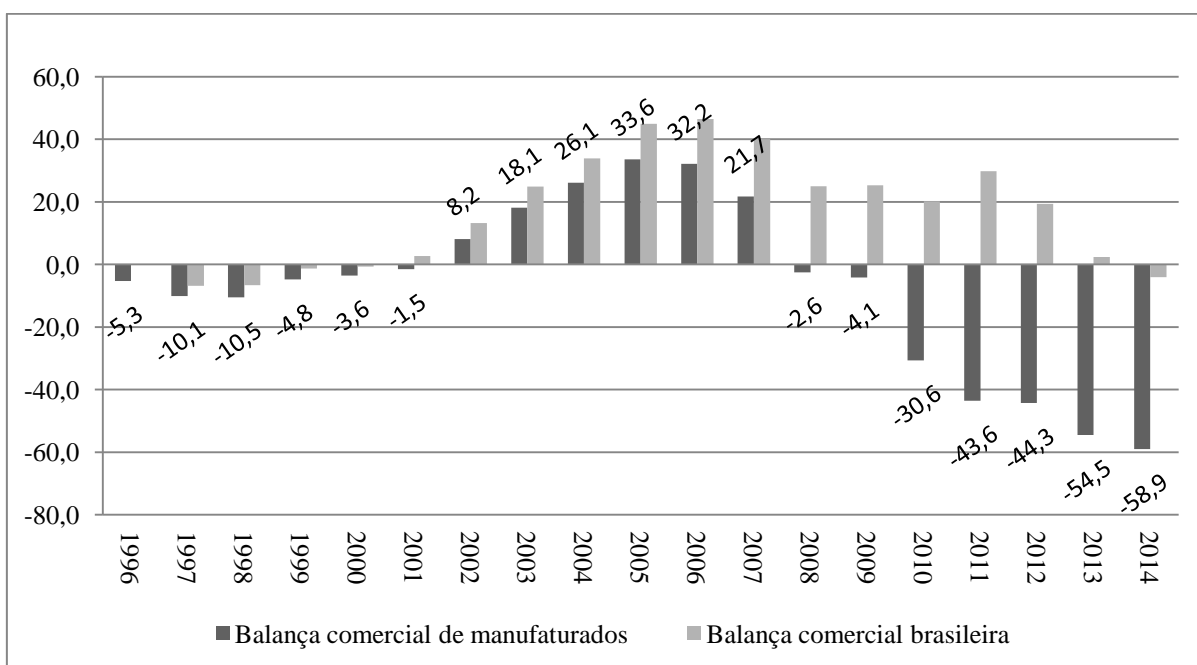
A Tabela 3 reúne todos esses dados e foi elaborada a partir de consulta a indicadores da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX). O valor total das exportações

e das importações, a cada ano, foi obtido por meio de consulta direta; o valor anual das exportações e das importações de manufaturados foi conseguido por intermédio de consulta por setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0); e o saldo comercial, ano a ano, foi conseguido a partir do cálculo da diferença de valores entre as exportações e as importações.

No ano de 2000, registramos saldo negativo tanto na balança comercial brasileira quanto na balança comercial composta somente com manufaturas, situação que se repetiu em 2014. No intervalo de alguns anos da década de 2000, o saldo na balança comercial manufatureira esteve positivo, já o saldo da balança comercial permaneceu sempre positivo, exceto nos dois anos acima citados, justamente os anos de início e de término do nosso período de observação. Todavia, essas variações ficam mais fáceis de serem identificadas em um gráfico.

GRÁFICO 4

Evolução anual da balança comercial brasileira e da balança comercial de manufaturados (em US\$ bilhões) – 1996 a 2014



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da FUNCEX.

O Gráfico 4 nos permite observar com facilidade que, nos quinze anos compreendidos de 2000 a 2014, o saldo obtido com exportações e importações de manufaturados se manteve positivo somente entre 2002 e 2007. Esse foi um período em que também a economia brasileira cresceu de forma ininterrupta. A partir de 2008, este saldo se mostrou crescentemente negativo, a ponto de registrar déficit da ordem de US\$ 58,9 bilhões, em 2014.

No mesmo gráfico, ao acompanharmos a evolução do saldo da balança comercial podemos notar que houve seguidos anos de melhora. Após marcar valor negativo em 2000, já no ano seguinte tivemos saldo positivo e crescente a cada exercício, permanecendo assim até 2006. Em 2007 notamos queda, de 2008 para 2009 o patamar se manteve praticamente o mesmo, e apesar da recuperação conseguida em 2011, nos três anos seguintes a curva descreveu uma descendente e o resultado final desta tendência foi o retorno de saldo negativo, no ano de 2014, com a marca de US\$ 4,0 bilhões.

Comparando o saldo do comércio das manufaturas com o saldo da balança comercial, observamos valores negativos desde 2008, com crescente deterioração, ano após ano, nas manufaturas; todavia, o saldo positivo conseguido com bens que não as manufaturas permitiu manter saldo positivo no total da balança comercial, até 2013. MATTOS e FEVEREIRO (2014, p. 58) chamam atenção para a progressiva dependência da balança comercial brasileira perante os preços e os volume das *commodities* exportadas. Por seu turno, ROCHA (2015, p. 641) defende que houve desenvolvimento brasileiro conseguido recentemente com aumentos de produtividade concentrados no setor de recursos naturais,³¹ em consórcio com a demanda chinesa. Este autor indica como saída para o desenvolvimento brasileiro a busca crescente de ganhos de produtividade mais a diversificação conseguida a partir de novos produtos, em segmentos calcados nos recursos naturais. Tal proposta requer apreciação mais profunda, o que foge ao propósito desta monografia.

Enfim, sob a ótica do comércio exterior, o saldo das manufaturas tem provocado desequilíbrio nas contas externas por sete anos, e essa constatação nos faz pensar que a desindustrialização por essa ótica está prestes a se conformar.

Ao final do capítulo mais importante dessa monografia, alguns pontos merecem destaque. Inicialmente, verificamos que a industrialização no Brasil se concentrou no período que vai de 1930 a 1980, tendo maior expressão a partir dos anos 1950; com o novo cenário

³¹ Rocha (2015, p. 633 e 634) alega que em casos como o da produção de celulose e de petróleo não se formaram meros enclaves. E a competitividade alcançada nesses segmentos se deu com inovações, em trajetórias similares à que se registrou em segmentos virtuosos da indústria nacional, como na indústria aeronáutica.

político e econômico formado desde a segunda metade dos anos 1980, o processo perdeu força. A partir do século XXI, o debate a respeito de uma possível desindustrialização ganhou corpo, embora não se consiga encontrar conclusão única a respeito do tema.

Com a nossa tentativa de avaliação sob três óticas, a partir do ano 2000, notamos que nos três eixos existem indícios de que a desindustrialização no Brasil está no caminho de se configurar, e tudo é uma questão de tempo. A queda relativa no emprego e no valor adicionado da indústria de transformação em relação ao emprego e ao valor adicionado total da economia ocorre há seis anos (de 2009 a 2014), enquanto o saldo da balança comercial manufatureira acumula saldo negativo nos últimos sete anos (de 2008 a 2014), ainda que o saldo da balança comercial brasileira tenha ficado negativo somente em 2014, apesar de mostrar trajetória descendente desde 2012. Ou seja, não temos desindustrialização porque os indícios que a comprovam nas três óticas empregadas para análise ainda não foram observados por pelo menos uma década, e isto se faz necessário para que guardemos coerência com a definição para desindustrialização adotada nessa monografia. Se afrouxarmos a necessidade de indicadores acumulados por pelo menos dez anos, já estamos enfrentando processo de desindustrialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da industrialização para o Brasil, um país não desenvolvido, pode ser defendida sob diferentes linhas teóricas. Nesta monografia, escolhemos a proposta formulada pelo economista argentino Raúl Prebisch e apresentada por ele entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950. Prebisch observou que a inserção das economias latino-americanas no comércio mundial se dava com a exportação de produtos primários e a importação de produtos industrializados, e que este modelo ricardiano de aproveitamento das vantagens comparativas, com especialização e trocas intensas sob livre negociação, era prejudicial para as economias periféricas.

O modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos não permitia acesso universal aos ganhos conseguidos com progresso técnico e era calcado no mercado externo, submetendo economias periféricas a flutuações cíclicas provenientes do centro. Além disso, se as economias periféricas conseguiam crescimento da renda per capita, acabavam enfrentando déficit crônico no balanço de pagamentos. O déficit era fruto da diferença na elasticidade-renda da demanda entre produtos industriais importados e produtos primários exportados. A primeira é maior do que um, ao passo que a segunda apresenta valor entre zero e um. Por isso, ainda que esta restrição externa pudesse ser agravada por causa dos ciclos econômicos, ela se efetivava independentemente deles.

Prebisch percebeu que a industrialização daria fim ao limitador do crescimento econômico na região: a restrição externa. Além disso, ela permitiria elevação na taxa de crescimento da economia, absorção de mão de obra abundante nos demais setores, chance de ampliação das frentes de investimento, acesso pleno aos benefícios conseguidos com o progresso técnico, formação de mercado consumidor interno para reduzir o grau de dependência da demanda externa, e elevação real da renda.

Mas o que é a industrialização? Ela diz respeito ao movimento que resulta na crescente participação do setor secundário na economia, em detrimento do setor primário, a partir da instalação das primeiras unidades manufatureiras. Estas passam a gerar emprego e renda, de

modo progressivo, enquanto a agricultura perde espaço. No entanto, esse movimento não termina, e depois de algum tempo são as atividades do setor terciário que aumentam a participação na economia, ao suprirem necessidades geradas no setor secundário e na sociedade cada vez mais complexa. Este segundo movimento, no qual o setor secundário perde participação na economia e o terciário se expande, é a chamada desindustrialização.

Esses dois movimentos sugerem a existência de um "caminho natural" para desenvolvimento de todos países, com industrialização seguida por desindustrialização, mas isto não se comprova. Há economias desenvolvidas com setor primário relevante e existem casos de desindustrialização ocorridos tanto em economias desenvolvidas quanto em economias não desenvolvidas. Isto faz da desindustrialização um tema complexo, para o qual encontramos diferentes abordagens e conceitos, de acordo com os autores consultados.

Nesta monografia, agrupamos conceitos de autores nacionais e estrangeiros sob três eixos: pela ótica do emprego, pela ótica do produto, e pela ótica do comércio exterior. O primeiro trata a desindustrialização como queda no emprego; o segundo demonstra preocupação conjunta com a queda no emprego e na produção; e o terceiro trata da deterioração no saldo do balanço de pagamentos, precisamente o saldo comercial da indústria de transformação. O debate predominante no Brasil se mantém próximo à questão da produção e no plano internacional guarda proximidade com a ótica do emprego.

Ainda que a ótica do comércio exterior seja, de maneira isolada, a que se relaciona com o benefício mais importante da proposta prebischiana de defesa da industrialização, que é a eliminação da restrição externa, outros benefícios estão relacionados com as duas primeiras óticas. A absorção da mão de obra abundante e a atuação da indústria de transformação como motor do crescimento são exemplos disso. Uma vez que pretendemos dar robustez ao nosso processo de avaliação, deixamos de lado a possibilidade de escolha de somente uma das óticas, e adotamos o conceito de Benjamín Coriat, representante da "visão de Cambridge". Coriat entende que a desindustrialização se caracteriza quando há interseção da ocorrência de redução relativa da parcela do emprego e do valor adicionado gerados pela indústria, em relação ao emprego total e ao valor adicionado total na economia, além de dificuldades para se manter equilíbrio nas contas externas. Também, estas incidências deverão ser constatadas durante período de tempo que abrange, pelo menos, uma década de duração.

Antes de apresentarmos o resultado da avaliação conduzida neste trabalho, devemos lembrar que no Brasil a industrialização ganhou corpo entre as décadas de 1930 e 1980, e teve

maior intensidade a partir dos anos 1950. Como resultado, a indústria de transformação passou a liderar o crescimento agregado da economia. Em contrapartida, após a segunda metade da década de 1980 (a chamada década perdida), a indústria de transformação e a economia brasileira registraram umas das mais baixas taxas de crescimento, em todo o mundo. Isto coincidiu com o a implementação de medidas liberalizantes desde o ocaso do Estado desenvolvimentista e a posterior adoção de propostas do Consenso de Washington.

Neste cenário, a desindustrialização passou a ocupar mais espaço no debate acadêmico e midiático, especialmente após os anos 2000. Atualmente, podemos afirmar que não há consenso de que o Brasil enfrenta processo de desindustrialização, visto que trabalhos acadêmicos apresentados entre 2005 e 2014 tanto confirmam quanto negam tal situação. Os conceitos bem como os métodos de avaliação variam entre os pesquisadores, e isso faz com que não haja unanimidade nas conclusões. A presente monografia é mais um trabalho que se propõe a rever este tema. Aqui, tentamos resposta para a seguinte questão: a economia brasileira enfrenta, ou não, processo de desindustrialização, desde o ano de 2000?

Sob a ótica do emprego, a desindustrialização no Brasil está prestes a se configurar, uma vez que a participação relativa do emprego formal da indústria de transformação mantém viés de queda, de 2009 a 2014. Como se isto não fosse suficiente, no triênio 2011-2014 houve reduzida criação de empregos, e de 2013 para 2014 registramos queda do número absoluto de empregos formais na indústria de transformação, algo inédito desde 1998. Pela ótica do produto, a desindustrialização também está no caminho de se efetivar, já que desde o ano de 2009 verificamos queda praticamente continuada na porcentagem de participação do valor adicionado da indústria de transformação em relação ao PIB a preços básicos, e isto se pode verificar em série de dados montada tanto com valores correntes quanto com preços encadeados a preços básicos de 1995. Além disto, desde 2009 este índice permanece abaixo do índice anotado no ano 2000, se usarmos série de dados com valores encadeados a preços de 1995.

E sob a ótica do comércio exterior, o saldo das manufaturas tem provocado desequilíbrio crescente nas contas externas ao longo dos sete anos compreendidos entre 2008 e 2014. O resultado da balança comercial não se mostrou negativo durante todos esses anos porque o saldo conseguido com os demais produtos da pauta de comércio internacional foi suficiente para equilibrar as contas, até 2013. Mas em 2014 o saldo da balança registrou déficit de US\$ 4,03 bilhões. Essas constatações nos fazem crer que a desindustrialização verificada sob essa ótica, do mesmo modo que as duas primeiras, está prestes a se realizar. A

avaliação robusta que empregamos nesta monografia serviu para se constatar que estamos com quadro adverso sob as três óticas em que se agrupam as definições para desindustrialização.

Enfim, só não podemos anunciar que a economia brasileira está em pleno processo de desindustrialização porque os indícios que a confirmam, nas três óticas empregadas para análise, não completaram ao menos uma década de incidência. Por outro lado, basta que afrouxemos a necessidade de indicadores acumulados por pelo menos dez anos, e já podemos afirmar que estamos em plena desindustrialização.

À guisa de conclusão, observamos que a situação revelada por intermédio da nossa tentativa de avaliação indica serem necessários menos de cinco anos para que a desindustrialização se efetive nas indústrias instaladas em território brasileiro, caso não haja mudança do cenário ora configurado. Esta conclusão abre espaço para estudos que possam questionar o que pode ser feito para mudança na tendência dos indicadores utilizados na pesquisa, de modo a se evitar a desindustrialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS (2001), Carlos Pinkusfeld M. Inflação e estabilização. In: FIORI (2001), José L.; MEDEIROS, Carlos (Ed.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Ed. Vozes. p. 201-241.

BRASIL. Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d76900.htm>. Consulta em: 30 nov. 2015.

BULMER-THOMAS (2002), Victor. Las economías latinoamericanas, 1929-1939. In: DONGHI (2002), Tulio Halperín *et al.* **Historia económica de América Latina**: desde la independencia a nuestros días. Barcelona: Editorial Crítica, p. 243-286.

CANO, Wilson (2014). (Des)Industrialização e (sub)desenvolvimento. **Texto para discussão**. UNICAMP, Campinas, n. 244, set. 34 p

CARNEIRO (2010), Ricardo. O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. **Observatório da economia global**. Textos avulsos, UNICAMP. Campinas, n. 4, p. 1-35, ago.

CARVALHO (2010), Laura Barbosa de. **Diversificação ou especialização**: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas. Rio de Janeiro: BNDES. 170 p. Originalmente apresentada como dissertação (mestrado em ciências econômicas), UFRJ.

DABÈNE (1999), Oliver. **América Latina en el siglo XX**. Madrid: Editorial Síntesis. 255 p.

FURTADO (2007), Celso. **Formação econômica do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 352 p.

GLADE (2002), William. América Latina y la economía internacional, 1870-1914. In: DONGHI (2002), Tulio Halperín *et al.* **Historia económica de América Latina**: desde la independencia a nuestros días. Barcelona: Editorial Crítica, p. 49-97.

HOBBSBAWN (1995), Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRÜGER (2008), J. Productivity and structural change: a review of the literature. **Journal of Economic Surveys**, v. 22, n. 2, p. 330-363.

KUZNETS (1957), S. Quantitative aspects of the economic growth of nations, Part II. In: **Economic Development and Cultural Change**, v. 5 (Suplemento), jul. *apud* CARVALHO (2010), Laura Barbosa de. **Diversificação ou especialização**: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas; Orientador: David Kupfer. – Rio de Janeiro : BNDES. 170 p.

LEWIS (1954), W. Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. The Manchester School, 22: 139-191 *apud* NAYYAR (2014), Deepak. **A corrida pelo crescimento**: países em desenvolvimento na economia mundial. Tradução: Vera Ribeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 320 p.

LOURENÇO, André L. C. de; SILVA, José A. da (2014a). Revisitando o conceito de desindustrialização. In: X Encontro de Economia Baiana, Salvador. **Anais eletrônicos...** p. 533-548. Disponível em: <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2014/pl/revisitando_o_conceito.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

____ (2014b). Desindustrialização em debate: o caso da economia brasileira. In: X Encontro de Economia Baiana, Salvador. **Anais eletrônicos...** p. 549-568. Disponível em: <<http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2014/pl/desindustrializacao.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

MATTOS (2014), Fernando A. M.; FEVEREIRO, José B. R.. ¿Se desindustrializa Brasil?. **Problemas del desarrollo**. México, v. 45, n. 178, p. 35-63, jul. a set. Disponível em: <<http://www.elsevier.es/es-revista-problemas-del-desarrollo-revista-latinoamericana-86-articulo-se-desindustrializa-brasil-90371897>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

MORCEIRO, Paulo C. (2012). **A desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011**: abordagens e indicadores. São Paulo: Cultura Acadêmica. 303 p. Originalmente apresentada como dissertação (mestrado em ciências econômicas), UNESP.

NAYYAR (2014), Deepak. **A corrida pelo crescimento**: países em desenvolvimento na economia mundial. Tradução: Vera Ribeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 320 p.

PRADO (2014), Altevir D. **Desindustrialização no Brasil**: um debate dos anos 2000, São Leopoldo. 104 p. Dissertação (mestrado em ciências econômicas), UNISINOS.

PREBISCH (1949a), Raúl. Estudo econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY (2000), Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record. p. 137-178.

PREBISCH (1949b), Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY (2000), Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record. p. 69-136.

PREBISCH (1952), Raúl. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY (2000), Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Record. p. 179-215.

ROCHA (2015), Frederico. Recursos naturais e estratégias de desenvolvimento no Brasil. In: Barbosa, N.; Marconi, N.; Pinheiro, M. e Laura, C. (Org.). **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. 1ed.São Paulo: Elsevier, 2015, p. 617-643,

RODRIGUEZ (1981), Otavio. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Editora Forense–Universitária. 345 p.

ROWTHORN, Robert.; RAMASWAMY, Ramana. (1999). Growth, trade and deindustrialization. Washington: IMF, 1999. **Staff Papers**, v. 46, n. 1. Disponível em: <<http://goo.gl/MXuGJ3>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

ROWTHORN, Robert E.; WELLS (1987), John R. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press *apud* NAYYAR (2014), Deepak. **A corrida pelo crescimento**: países em desenvolvimento na economia mundial. Tradução: Vera Ribeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 320 p.

SILVA DE CARVALHO (2013), Maurício. **O processo de desindustrialização e a abordagem das “três óticas”**: contexto, conceitos e a situação brasileira, Rio de Janeiro. 56 p. Monografia (bacharelado em ciências econômicas), UFRJ.

SUTCLIFFE (1971), R. B. **Industry and underdevelopment**. London: Addison-Wesley Publishing Company *apud* CARVALHO (2010), Laura Barbosa de. **Diversificação ou especialização**: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas; Orientador: David Kupfer. – Rio de Janeiro : BNDES. 170 p.

SUZIGAN (1986), Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense. 406 p.

TAVARES, Maria da C.; BELLUZZO, Luiz G. de M. (1979). Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, 19(1). p. 7-16, jan. a mar.

THORP (2002a), Rosemary. América Latina y la economía internacional desde la primera guerra mundial hasta la depresión. In: DONGHI (2002), Tulio Halperín *et al.* **Historia económica de América Latina**: desde la independencia a nuestros días. Barcelona: Editorial Crítica, p. 99-121.

THORP (2002b), Rosemary. Las economías latinoamericanas, 1939-c. 1950. In: DONGHI (2002), Tulio Halperín *et al.* **Historia económica de América Latina**: desde la independencia a nuestros días. Barcelona: Editorial Crítica, p. 287-322.

TREGENNA (2009), F. Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v.33, p.433-466.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.funcexdata.com.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico RAIS. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario_empregos.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.